ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

PDTIC 2020-2021

Período: 31 de Dezembro de 2021 v3.0

COORDENADORIA DE ATENDIMENTO A USUÁRIOS

Tipo	Nome	Objetivo	Problema a ser resolvido	Benefícios Estimados	Posição Atual	GP/Responsável	Status	Início Previsto	Duração	Entrega Produto Final Prevista/Realizada	Custo Estimado	Custo Realizado	Priorização	Link GitLab
PROJETO	Renovação parque computadores D580 e D480 (Projeto 507 contido no PDTIC anterior)	Aquisição e instalação de 1689 microcomputadores para substituição dos equipamentos que estão em uso atualmente nas unidades judiciárias e administrativas do TRT, com o prazo de garantia por vencer em 2019. Esses equipamentos serão adquiridos com 5 anos de garantia.	O Tribunal tem adotado o critério de manter seu parque tecnológico atualizado de acordo com o respectivo período de garantia, o que evita a utilização de equipamentos obsoletos de baixo desempenho, reduz o índice de falhas pela não utilização de equipamentos antigos e ainda assegura o melhor nível de manutenção oferecido pela garantia original do fabricante. Os computadores da marca Positivo, modelos D580 e D480, estão em uso no TRT a mais de 05 anos e já se encontram fora da garantia.	- 100% dos computadores desktop em uso no TRT cobertos por garantia do fabricante, atualizados tecnologicamente e com menor probabilidade de falha. -Economia de espaço físico e de energia elétrica a partir da instalação de microcomputadores que consomem menos energia que os atuais. - Disponibilizar aos usuários equipamentos mais novos e com configuração superior, aptos a acessar sistemas que demandem mais poder de processamento.	Progredindo lentamente, conforme o funcionamento presencial do TRT4 (bandeira vermelha/preta). Restam em torno de 200 máquinas para serem instaladas. No entanto, as atividades voltaram a ser suspensas em razão de necessidade de revisão de segurança das imagens dos equipamentos (segurança do windows). Após o ataque cibernético, o power shell (utilizado para a atualização das máquinas) foi bloqueado e a solução alternativa está em teste. Previsão para retomada para distribuição no início de 2022, após consolidada a segurança da nova solução.	Paula Medaglia	Em Execução	22/04/2019		(fevereiro/2022)	Custo estimado total R$5.408.406,04 Valor estimado referente às instalações dos últimos 680 computadores: R$88.296,00		3250	https://gitlab.trt4.jus.br/selic/cau/sge/projetos-sge/-/issues/1
AÇÃO	Estudo para racionalização de impressoras no TRT	Promover a racionalização do uso de impressoras no TRT4 com as seguintes ações, a serem realizadas em conjunto SETIC-DGCA: - Projeto-piloto de redução do parque de impressoras instaladas na área administrativa e unidades judiciárias de Porto Alegre. - Redução do número de impressoras instaladas em todas as unidades da área administrativa e unidades judiciárias do TRT. - Realização de estudo sobre a vantagem da contratação de serviço de outsourcing de impressão.	As unidades administrativa e judiciárias do TRT possuem um número elevado de impressoras instaladas, segundo dados levantados pela CAU, este TRT utiliza, em média, apenas 8% da capacidade das impressoras. Em teoria, menos de 10% dos equipamentos atualmente existentes seriam necessários para atender à demanda de impressões do Regional. Houve determinação da Presidência do TRT (PROAD 2288/2020 - pag.82) iparra prosseguimento à solicitação da Diretoria Geral para redução do parque de impressoras no TRT4.	- Maior eficiencia na gestão das impressões. - Diminuir a quantidade de impressoras em uso. -Redução do custo com impressoras instaladas no TRT (manutenção e toner).	Estudos envolvem redução em todo o TRT4, e não apenas na área administrativa. Em outubro/20, apresentado para Juízes Auxiliares da Presidência e Corregedoria o estudo comparativo de outsourcing de impressão, bem como a proposta da DGCA para realização de piloto em 2 varas, estendido para 2021. DGCA criou PROAD (10551/2020) com essa proposta, para tramitação. O Piloto previsto no PROAD foi substituído por uma pesquisa realizada em todas as unidades. A partir da pesquisa foi feita a proposta de redução, formalizada no PROAD e aguardando tramitação e aprovação pelo Comitê de Governança.	Paula Medaglia	Em Execução	18/05/2020	7 meses	(junho/2022)			3750	https://gitlab.trt4.jus.br/selic/cau/sge/projetos-sge/-/issues/2
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Renovação do parque de notebooks Positivo N350I	Aquisição e fornecimento de notebooks para substituição dos notebooks Positivo N350I que estão em uso atualmente nas unidades judiciárias e administrativas do TRT, com o prazo de garantia vencido. Esses equipamentos serão adquiridos com 5 anos de garantia.	Os notebooks da marca Positivo, modelo N350I, estão em uso no TRT há mais de 04 anos e já se encontram fora do período de garantia. A ação visa atualizar esse lote de notebooks que faz parte do parque de notebooks do Tribunal.	- Atualização do parque de equipamentos do Tribunal, com as respectivas garantias atualizadas; - Disponibilizar aos usuários equipamentos mais novos e com configuração superior, aptos a acessar sistemas que demandem mais poder de processamento.	Realizada a contratação. Contrato 66/2021, prazo de entrega 45 dias a partir de 22/11/2021(07/01/2021). Adquiridos 289 notebooks (valor unitário R$7.000,00). Aumento na quantidade inicialmente prevista foi com o objetivo de equiparar ao nro de magistrados do TRT.	Paula Medaglia	Em Execução	(abril/2021)		junho/2022	R$1.356.000,00 Valor estimado para 226 notebooks com base na ARP do TRT8	R$2.023.000,00 Comprados 289 notebooks no valor de R$7.000,00 cada	4250	
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Renovação do parque de computadores C800	Aquisição e instalação de microcomputadores para substituição dos equipamentos Positivo C800 que estão em uso atualmente nas unidades judiciárias e administrativas do TRT, com o prazo de garantia vencido. Os equipamentos serão adquiridos com 5 anos de garantia.	Os computadores da marca Positivo, modelo C800, estão em uso no TRT a mais de 04 anos e já se encontram fora da garantia. A ação visa atualizar esse lote de computadores que faz parte do parque de computadores do Tribunal.	-Atualização do parque de equipamentos do Tribunal, com as respectivas garantias atualizadas; -Disponibilizar aos usuários equipamentos mais novos e com configuração superior, aptos a acessar sistemas que demandem mais poder de processamento	Licitação do TRT23 foi exitosa. Setic já encaminhou solicitação para adesão com compra inicial de 1.100 unidades. Aguardando prazo de entrega (20/12/2021). Valor unitário da aquisição foi de R$4.339.00, totalizando R$ 4.772.900,00. Adicionar ao custo total o valor da instalação.	Paula Medaglia	Em Execução	(maio/2021)		(junho/2022)	R$4.191.960,00 Aquisição: R$4.050.000,00 (valor aprovado no Plano de Contratações") Instalação: R$141.960,00 (valor estimado na instalação anterior)		3125	
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Remodelagem da solução de Quiosque Digital (Ação 07/2018 contida no PDTIC anterior. A partir de maio/21 ação passou da CIT para CAU)	Atualizar o modelo de imagem utilizada na preparação dos computadores de quiosque, que atualmente requer um modelo específico de máquina (positivo D570, computador antigo e fora da garantia), e que apresenta muitos passos manuais após a baixa de imagem propriamente dita, tornando o processo muito demorado.	Atualmente só é possível utilizar um modelo de computador nos quiosques digitais, os computadores Positivo D570, mesmo usando este modelo de computador, a preparação final de um desktop de quiosque é extremamente lenta porque é necessário executar diversos passos manualmente. Com a atualização do processo de preparação desses computadores possibilitará o uso de computadores mais novos além de tornar o procedimento mais rápido e menos suscetível a falhas.	-Maior agilidade na preparação e disponibilização dos computadores destinados aos quiosques. -Utilização nos quiosque de computadores mais novos do que os Positivo D570 que já estão fora da garantia.	Protótipo de Quiosque com solução VHD (Responsável: Paulo Ritter-SM) em andamento, de forma não prioritária. Ação remanejada para a Coordenadoria de Atendimento a Usuários. Será priorizada no próximo planejamento de OKRs (Q2/2022).	Ana Lucia Moreira	Em Execução	(maio/2021)		(junho/2022)	R$10.000,00 Valor estimado para a substituição dos computadores em uso atualmente		3125	
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Registro de chamados para a SETIC através de aplicativos de mensagem instantânea	Disponibilizar a possibilidade de utilização de aplicativos de mensagem instatânea (preferencialmente, whatsapp), para que os usuários possam registrar chamados de atendimento para a SETIC, de forma mais simplificada.	Dificuldade para realizar o registro do chamado para a SETIC, principalmente quando o usuário não está usando o computador:	-Disponibilizar mais um canal de acesso à SETIC para os usuários internos. -Simplificar, ainda mais, o registro dos chamados de atendimento.	Realizados contatos com empresas que possuem solução integrada com o assyst, o que atenderia as necessidades do TRT (abertura de chamado com registro no assyst). Já temos proposta comercial para integração do whatsapp com o Assyst. No entanto, está sendo avaliada possibilidade de contratação de nova ferramenta service desk e essa funcionalidade está sendo colocada como pré-requisito. Por esse motivo, avaliar o cancelamento da presente ação.	Ana Lucia Moreira	Em Execução	(janeiro/2021)		(março/2022)	R$8.000,00 Estimado R$1600 por mês. Custo para o ano de 2021, prevendo o uso a partir do mês de agosto/2021		2125	
AÇÃO (Incluída em JUN/21)	Adequação das salas de audiências e sessões	Equipar salas de sessão e salas de audiência com equipamentos de som e imagem, bem como realizar as adaptações nos ambientes físicos necessárias para realização de audiências mistas por videoconferência, primando pela qualidade de som e imagem, necessárias para depoimentos que seguirão apenas gravados.	As audiências e sessões por videoconferência mistas, onde parte dos participantes está presente nas salas do TRT e parte está remotamente, exigem a instalação de equipamentos que possibilitem que todos os participantes sejam vistos e ouvidos pelos demais. Para isso é necessária a instalação de câmeras e microfones em todas as salas.	Possibilidade de realizar as audiências e sessões mistas (híbridas).	Salas de sessões: adequação do plenário e sala do têrreo estão concluídas. Aguardando definições de equipamentos para aplicação nas demais salas. Salas de audiências: Solução definida pela SETIC ainda não foi distribuída em razão da baixa qualidade do audio da gravação. Em participação de contratação no TRT23 de microfones e hub USB, o que já se sabe que não serão suficientes para que as gravações tenham mais qualidade na captação de áudio.	Ana Lucia Moreira	Em Execução	dezembro/2020		junho/2022		R$19.136,00 Salas de sessões: 52 câmeras no valor de R$368,00 cada	-	

CANCELADOS

Tipo	Nome	Objetivo	Problema a ser resolvido	Benefícios Estimados	Posição Atual	GP/Responsável	Status	Início Previsto	Duração	Entrega Produto Final Prevista/Realizada	Custo Estimado	Custo Realizado	Priorização	Link GitLab
AÇÃO	Automatização de alguns atendimentos/Estudo de Viabilidade de uso IA no atendimento	Criação de um novo formulário para o usuário registrar os chamados. Este formulário analisará o texto digitado pelo usuário. Se ele identificar palavras-chave na base do assyst, já pode dar soluções de correção ou orientações. Se o usuário aceitar a solução, o chamado é criado usando a API do assyst e já é fechado, sem passar pela Central de Serviços. Caso contrário, o formulário usa a API do assyst para criar o chamado que será enviado para a fila da SAU, como é hoje.	Diariamente são registrados dezenas de chamados dos usuários sobre falhas, orientações e solicitações em geral relacionadas aos serviços de informática disponibilizados pela SETIC. Muitos casos são repetitivos e alguns apresentam soluções simples que poderiam ser aplicadas pelos próprios usuários.	-Chamados do usuários resolvidos imediatamente através da aplicação das soluções sugeridas. -Redução do número de chamados registrados para a Central de Serviços da SETIC.	Iniciados os estudos preliminares para a integração do formulário com o Assyst e capacitação do servidor envolvido na ação. Em relação ao estudo da API do Assyst, não foi possível criar uma lista dos métodos necessários por falta de documentação. A lista será desenvolvida conforme o projeto for avançando. Em desenvolvimento da palgina que substituirá a página de criação de chamados, com algumas funcionalidades já concluídas. Houve um impasse quanto à inclusão de anexos e foi registrado um chamado junto à empresa de suporte do Assyst. Desenvolvimento da Inteligência artificial e a previsão de esforço e etapas somente será possível de ser feita se a etapa de integração do formulário com o Assyst obtiver sucesso. CANCELADA em Dezembro/20. Abrir uma ação para estudo do uso de whatsapp integrado com o assyst.	Ana Lucia Moreira	Cancelado	17/08/2020	4 meses					https://gitlab.trt4.jus.br/selic/cau/sm/ferramentas-de-apoio-as-areas-de-trt/automatiza-o-de-alguns-atendimentos-estudo-de-viabilidade-de-uso-ia-no-atendimento/-/issues/1
AÇÃO (Incluída em DEZ/20)	Equipamentos de vídeo para salas do prédio sede (Ação era da CIT e veio pra CAU em out/21)	Equipar salas de sessão e algumas outras salas do prédio sede com equipamentos de som e imagem adequados para videoconferências.	O ajuste de câmeras individuais nas salas de sessão e de reuniões é um incômodo desnecessário para os usuários.	Maior praticidade nas transmissões e videoconferências.	Ação foi suspensa na CIT e transferida para a CAU. Cancelada em Dez/21. Motivo: Escopo está em duplicidade com o escopo definido na ação "Adequaçao das Salas de Audiências e Sessões".	João Encarnação	Cancelado	01/12/2020		(junho/2022)	R$300.000,00		1750	https://gitlab.trt4.jus.br/selic/cit/cit-work/-/issues/13

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Tipo	Nome	Objetivo	Problema a ser resolvido	Benefícios Estimados	Posição Atual	GP/Responsável	Status	Início Previsto	Duração	Entrega Produto Final Prevista/Realizada	Custo Estimado	Custo Realizado	Priorização	Link GitLab
PROJETO	PJe 2.0 - Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas, Usuários e Órgãos Julgadores, em arquitetura orientada a serviços (Projeto 486 contido no PDTIC anterior)	Colaborar com os Tribunais da JT para desenvolver funcionalidades de arquitetura legada do PJe para a arquitetura 2.0. O desenvolvimento do cadastro de pessoas físicas e jurídicas/entes públicos, usuários e órgão julgador com as seguintes características: compatível com a nova arquitetura tecnológica definida pelo CSJT, interface com visual leve e moderno e usabilidade com recursos que proporcionem facilidade na manutenção de dados das pessoas cadastradas no PJe.	Atender à solicitação do CSJT para o desenvolvimento do cadastro de pessoas físicas, cadastro de pessoas jurídicas/entes públicos, usuários e órgão julgador, utilizando a tecnologia e a arquitetura padrão do PJE 2.0, conforme indicado no Programa PJe 2.0 - Metas para Gestão 2018/2020 (CSJT) e Ofício Circular CSJT.CPJe.SETIC nº 1.	-Aderência à nova arquitetura de software do PJe 2.0. - Maior usabilidade no registro e atualização de dados dos órgãos julgadores. -Maior usabilidade no registro e atualização de dados das pessoas físicas e usuários.	Desenvolvido utilizando tecnologia do PJe 2.0. Entrega 1 (cadastro de pessoa física e usuários internos) e entrega 2 (cadastro de usuários externos), entregues na versão 2.4. Na versão 2.5 (setembro/2019), entregue os cadastros de Advogado, Assistente de Advogado e Órgão Julgador. Entrega 4 e 5 (cadastro de Procurador, Assistente de Procurador, Jus Postulandi e Perito) e entrega 6 (Pessoa Jurídica) entraram em produção com a versão 2.6.0 de Pje, dia 06/03/21. Entrega 7 (Cadastro de Localização) e Entrega 9 (Cadastro de Procuradorias) entraram em produção na versão 2.7 em Dezembro/21. Demais entregas previstas para a versão 2.8: -Entrega 8 (Cadastro de Jurisdição): em andamento. -Entrega 10 (Cadastro de Autoridades): código enviado, aguardando homologação. -Entrega 11 (Unificação de Pessoas Jurídicas): em andamento (análise). -Entrega 12 (Unificação de Pessoas Físicas): em andamento (análise). -Entrega 13 (Unificação de endereços): aguardando priorização.	Fábio Garcia	Em Execução	11/04/2018		29/04/2022			2625	https://gitlab.trt4.jus.br/selic/cds/spe/cad/pje-issues/31
PROJETO	Solução para sessões de julgamento (2º grau) no PJe	Solução para integração do Plenário Eletrônico e Secretaria Virtual para o pleno funcionamento do 2º grau.	O TRT4 utiliza o e-Jus² para realização das sessões de julgamento, assim como a oriação da pauta das sessões. O TST liberou as soluções Plenário Eletrônico e Secretaria Virtual, porém com fraca integração ao PJe.	Sistema que permita ao TRT4 o uso completo do PJe e seus sistemas satélites, em substituição ao e-Jus².	Aguardando a adaptação do PJe para conectar com Plenário Eletronico.	Fabio Garcia	Suspenso	01/07/2020	3 meses				4375	https://gitlab.trt4.jus.br/selic/cds/spe/minutar/-/issues/79
AÇÃO	Implantação de Sistemas Nacionais de Gestão de Pessoas e eSocial Nome antigo: Implantação SIGEP/Folha Web	Implantação dos sistemas nacionais do SIGEP e seus satélites para que o TRT4 passe a realizar integralmente os pagamentos através da FolhaWeb e envio de eventos para o eSocial.	Atendimento ao acordo firmado entre o Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT e o Tribunal de Contas da União - TCU, conforme cláusulas expressas no Acórdão TCU n. 1.993-2014. Todos os TRTs devem possuir um único sistema, SIGEP - Sistema Integrado de Gestão de Pessoas, incluindo único sistema de pagamento de pessoal - FolhaWeb-JT.	Padronização nacional de cálculos e pagamentos. Produtividade, controle e padronização na gestão de pessoas e pagamentos na Justiça do Trabalho.	Projeto está sendo coordenado e implantado pelo Comitê gestor Regional do SIGEP, tem alta complexidade e criticidade por conta das peculiaridades de pagamentos. O sistema de consignações externo integrado com a folha atual (legado) foi implantado em março/21. O novo sistema de consignações teve sua licitação homologada em novembro/21 e está sendo integrado com o novo sistema de folha com previsão para segunda quinzena de janeiro/22. SIGEP online em produção desde julho/21, com consultas restritas e avaliação de desempenho para servidores em estágio probatório. Eventos da fase 1 do eSocial foram enviados em 24/09/21. Contracheques serão consultados no SIGEP online a partir de Janeiro/22. (OBS.: Essa ação havia sido cancelada no PDTI anterior, por fazer parte de um projeto coordenado pela SEGESP. No entanto, endenteu-se necessário manter o registro da mesma para acompanhamento da SETIC).	Marcelo Zambiasi	Em Execução	09/06/2016 (primeira versão Folha Web)		30/12/2022			4250	https://gitlab.trt4.jus.br/selic/cds/sadm/sigep/-/issues/130
AÇÃO	Envio de processos físicos para o Depósito Centralizado (OBS.: Essa ação se refere à ação 16/2019 - Melhorias Arquivo x Depósito, contida no PDTIC anterior)	Desenvolver funcionalidades no módulo da arquivo do sistema inFOR que possibilitem a flexibilização do registro de processo findo (arquivado definitivamente) ou não findo (arquivado provisoriamente) em processos migrados para o PJe e o registro de informações necessárias para o envio de processos físicos do arquivo central para o depósito centralizado.	O inFOR foi adaptado para registrar o envio de processos físicos para o arquivo, descontinuando antigo sistema ARQUI. Restou pendente a implementação do envio de processos do arquivo para o depósito centralizado. Além disso, necessária alteração para permitir registrar processos findos ou não findos naqueles processos migrados para o PJe.	-Viabilidade do registro adequado de informações de arquivamento em processos migrados para o PJe; -Viabilidade de envio de processos físicos arquivados para o depósito centralizado.	Entrega 1 (Adequar o inFOR para flexibilizar o registro do processo findo ou não findo em processos migrados para o PJe) em produção desde 09/12/20 em todo o Estado. Pendente a entrega 2: Envio de processos do arquivo para o depósito centralizado e correspondente retorno (a ser priorizado).	Lucia Speranza	Suspenso	01/08/2020	2 meses				1875	https://gitlab.trt4.jus.br/selic/cds/sdk/infor/-/issues/8
AÇÃO	Documentação de integrações entre sistemas Nome antigo: Documentação das integrações de sistemas ao PJe	Documentar tecnicamente as dependências de integração entre os sistemas estratégicos do Tribunal.	PJe é acessado por muitos sistemas do TRT4, através dos mais diversos meios: webservices, procedures, views. Importante documentar essas integrações para conhecer e evitar impactos em mudanças de versão do PJe. Atualmente existe um documento que apenas identifica quais sistemas são integrados ao PJe.	Redução de risco de impactos de troca de versão do PJe.	Ação havia sido replanejada para 2021. Em andamento.	CDS - Farias	Em Execução	(julho/2021)		(março/2022)			1750	https://gitlab.trt4.jus.br/selic/cds/gdev/-/issues/2
AÇÃO (Incluída em DEZ/20)	Evolução do Sistema Nacional de Escolas Judiciais	Aprimorar o sistema desenvolvido para a Escola Judicial pelo TRT da 24ª Região, de forma a atender as necessidades de todas as Escolas da Justiça do Trabalho e se tornar um sistema nacional, integrado ao SIGEP no que for necessário, conforme definição do Conselho Superior de Justiça do Trabalho.	O sistema EJud é um módulo do SIGEP e foi criado pelo TRT24. Carente de capacidade para atendimento das demandas nacionais, o sistema passou para a responsabilidade do TRT4 e para ser implantado na Escola Judicial, necessita de várias adequações de funcionalidades pois não tem a totalidade de dados para os relatório s que a Escola precisa emitir e que estão espalhados em outros sistemas e planilhas, não está integrado ao Sigep e isso é essencial para várias questões, inclusive AQs, não contempla a gestão orçamentária das escolas em ações não referentes à capacitação (como aquisições de livros e outras publicações científicas, diárias referentes à ações de outros exercícios, projetos desvinculados de capacitações ou eventos, etc).	-Uso de sistema único para gestão das diversas atividades das escolas judiciais -Sistema nacional padronizado	Sistema homologado pela Escola Judicial e em produção na segunda quinzena de outubro/21. Primeira entrega nacional para homologação na versão SIGEP 1.25, em nov/21, com previsão de entrega nacional para produção em dez/21. Após, o sistema continuará sendo evoluído nas próximas versões do SIGEP.	Deise Koerber / Marcelo Zambiasi	Em Execução	(fevereiro/2021)		(dezembro/2022)			4000	https://gitlab.trt4.jus.br/selic/cds/sadm/ej/trt-issues/1
AÇÃO (Incluída em DEZ/20)	EJud4 Online - Auto-cadastro de usuários externos Nome antigo: (MOODLE - Auto-cadastro de usuários externos Quiweb)	Revisão e ampliação do permissionamento para que usuários externos ao TRT4 possam se auto cadastrarem e acessarem a nossa plataforma EAD em Moodle.	Excesso de trabalho manual para registro e acesso de usuários externos ao TRT4.	Otimizar o cadastro e permissionamento de usuários externos, sem necessidade de intervenção manual pela Escola Judicial.	Fornecedor realizou alterações no ambiente de homologação, disponível para a Escola, que optou por não utilizar até que outra funcionalidade não definida anteriormente no sistema esteja disponível (possibilidade de 3 tipos de cursos, com gerenciamento diferenciado) e esta nova configuração está em estudo pela SETIC. Está sendo definido junto à EJUD a organização/simplificação do permissionamento de usuários. Em paralelo, será utilizada a consultoria da empresa contratada de suporte ao moodle para adequar a autenticação para usar o SSO Keycloak. Está sendo encaminhada contratação de nova empresa para suporte e hospedagem do moodle em nuvem, prevista para 2022 (ação da Infraestrutura).	Rubilar	Em Execução	09/09/2020		01/07/2022			2250	https://gitlab.trt4.jus.br/selic/cds/sdint/ead-moodle/-/issues/1

AÇÃO (Incluída em DEZ/20)	PJe 2.0 - Auto cadastramento de advogados e Jus Postulandi, em arquitetura orientada a serviços. Nome antigo: (PJEKZ-36926 Auto cadastramento de advogado e usuário)	Colaborar com os Tribunais da JT para desenvolver funcionalidades de arquitetura legada do PJe para a arquitetura 2.0. O desenvolvimento do auto cadastramento de advogados e Jus Postulandi (partes que se auto representam) com as seguintes características: compatível com a nova arquitetura tecnológica definida pelo CSJT, interface com visual leve e moderno e usabilidade com recursos que proporcionem facilidade na manutenção de dados das pessoas cadastradas no PJe.	Funcionalidades em arquitetura legada do PJe 1.0 oferecem maiores vulnerabilidades e menor grau de manutenibilidade.	-Atualização tecnológica. -Redução de vulnerabilidades. -Maior facilidade nas manutenções e atualizações.	Aguardando disponibilidade de equipe.	Fábio Garcia	Não Iniciado	29/04/2022	3 meses	julho/2022			2625	https://gitlab.trt4.jus.br/setic/cds/spe/cadastros/-/issues/38
AÇÃO (Incluída em DEZ/20)	AUD4 - Evolução do Sistema de Audiências da Justiça do Trabalho Nome antigo: (AUD4 - aprimoramento)	O AUD4 é o sistema definido pelo CSJT para ser usado em todas audiências da Justiça do Trabalho. Após implantação em 2020, o CSJT realizou levantamento de novas necessidades, que deverão ser detalhadas e priorizadas, como registro de número de participantes da audiência, dockerização do sistema, audiência sem secretário(a), qualificação de testemunhas, entre outros. Obs.: Ao reportar para a ENTIC-JUD, englobar os resultados das ações "AUD4 - Registro de estimativa de IR e INSS" e "AUD4 - Marcação de Temas".	O sistema AUD4 passou por necessidade de investimentos focados na estabilização da solução em 2020. CSJT elencou diversas funcionalidades a serem implementadas, a fim de melhor apoiar o trabalho dos secretários de audiências.	-Aprimoramento do trabalho realizado pelos secretários de audiência e magistrados	A equipe de desenvolvimento está trabalhando para a estabilização do sistema e correção de erros que surgiram após o início do uso nacional. Versões liberadas pelo CSJT: Versão 1.0.0 (24/05/19): Versão piloto, não liberada aos TRTs. Versão 1.0.1 (04/05/20): Personalização da lista de vertas inderizatórias, modificado comportamento da edição concorrente de uma ata e tratamento da ausência do autor quando confissão ou ausência justificada. Versão 1.0.2 (10/07/20): Disponibilizada a importação de pauta de arquivo, melhorias na utilização do F4 (expansão do autotexto), na importação de autotextos e no salvamento da ata. Versão 1.0.3 (30/01/21): Disponibilizada autocorreção editável, adequação ao módulo de segurança da versão 2.6 do PJe e melhorias na tolerância a falhas de salvamento. Versão 1.0.4 (05/02/21): Mesma versão que 1.0.3 (apenas uma alteração interna técnica). Versão 1.0.5 (21/05/21): Otimizada programação e melhor gerenciamento de memória visando diminuir lentidão, melhor tratamento das atualizações de versão do AUD4, melhorias nos logs do sistema. Versão 1.0.6 (04/08/21): Exportação para PJe de metadado para fornecimento da informação "Quantidade de pessoas atendidas"; implementada a visualização do histórico da ata mesmo após envio ao PJe; alterações em função de problemas relatados por usuários, tais como lentidão, fechamento do navegador, mensagens de erro na tela; ampliada coluna de tipo de audiência na tela de pauta para comportar melhor o nome extenso dos novos tipos de audiência. Versão 1.1.0 (26/11/21): SAT-4670 Exibir audiência fora da pauta; PJEKZ-39448 Adicionar opção para iniciar audiência sem secretário; Aviso e atualização de magistrado/secretário na ata; SAT-4824 Alterado cabeçalho padrão das atas do AUD4; Apresentação de informações da audiência corrente.	Lúcia Speranza	Em Execução	01/01/2021		(dezembro/2022)			3250	https://gitlab.trt4.jus.br/setic/cds/sdt1/aud4/novoaud/-/issues/585
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	FAE 2.0 - Nacionalização do Sistema de Apoio à Execução Nomes antigos: FAE 3.0 - Evolução do Sistema de Apoio à Execução FAE 3.0 - Nacionalização e Evolução do Sistema de Apoio à Execução	Nacionalizar o Sistema de Apoio à Execução (FAE), retirando dependências de sistemas locais, para que possa ser utilizado por toda JT. Obs.: Ao reportar para a ENTIC-JUD, englobar os resultados da ação "FAE 3.0 - Evolução do Sistema de Apoio à Execução".	Atender a demanda do CSJT de disponibilizar o sistema FAE 2.0 de Apoio à Execução para todas as unidades da Justiça do Trabalho.	Possibilitar o uso da FAE 2.0 por todas as unidades da Justiça do Trabalho.	Sistema já ajustado para ser instalado em outros Tribunais. Falta encaminhar ao CSJT o pacote de instalação. Realizado piloto com sucesso no TRT8. Em ajuste os seguintes documentos solicitados pelo CSJT: manual de instalação, manual de usuário e documento de arquitetura de software.	Lúcia Speranza	Em Execução	junho/2021		fevereiro/2022			4250	
AÇÃO (Incluída em OUT/21)	FAE 3.0 - Evolução do Sistema de Apoio à Execução	Aprimorar o Sistema de Apoio à Execução (FAE) para atender novas necessidades elencadas pelo Juízo Auxiliar de Execução, como a incorporação de consultas automatizadas em convênios, preferencialmente a partir de webservices com as instituições, entre outros. Obs.: Essa ação estava contemplada em conjunto à ação FAE 2.0 - Nacionalização do Sistema de Apoio à Execução. Foi separada em out/21, por serem duas ações com resultados e prazos distintos.	A FAE 2.0, desenvolvida em 2020, foi uma importante evolução da versão anterior, focada nas necessidades das Varas do Trabalho. O JAE fez levantamento em março de 2021 de novas funcionalidades para melhorar o trabalho daquela unidade em apoio às Varas do Trabalho: processos por fase, valores em execução e alertas, entre outros.	Melhorar o trabalho do JAE e das unidades judiciárias durante a fase de execução dos processos.	Iniciado desenvolvimento de protótipo com o convênio disponível atualmente da Receita Federal, para posteriormente evolução.	Lúcia Speranza	Em Execução	janeiro/2022		dezembro/2022			-	
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Compartilhamento de soluções desenvolvidas: SILC e Gerenciador de Portais	Registrar sistemas no repositório nacional de iniciativas do poder judiciário, em ação que identifique as soluções existentes e a viabilidade técnica para compartilhar.	Uso de recursos para investimentos em soluções de TI similares entre os órgãoes do poder judiciário.	-Reutilização de aplicações já desenvolvidas. -Redução de custos com desenvolvimento ou aquisição de soluções -Otimização do tempo para atendimento das necessidades de TIC		Rubilar	Não Iniciado	março/2022		29/07/2022			2375	
AÇÃO (Incluída em JUN/21)	Migração portais do JBINTRA	Migrar, implentando novamente sistemas e serviços caso necessário, ambiente jboss portal antiga internet, jboss portal antiga extranet e jboss portal antiga intranet, desligando esses ambientes. Mensagem da Natacha: @farias Considerando os problemas de segurança, preciso de um planejamento para abandonarmos essa plataforma antiga. Copio a @dalbino para acompanhamento dessa iniciativa. Coloquei como data a perseguir 15/12/21	O Portal VOX utiliza o gerenciador de portais, tecnologia atualizada, usada também no Portal de Internet. Entretanto, ficou pendente a migração de portais e programas antigos, baseados nas antigas intranet e extranet. Esses portais, em ambiente desatualizado e com vulnerabilidades de segurança, precisam ser migrados e desligados definitivamente.	- Padronização de ambientes e tecnologias adotadas para portais - Redução de vulnerabilidades de segurança	Funcionalidades já convertidas: "Atualização de valores IPCA" e "APEX para módulo de classificados". Demais funcionalidades sendo convertidas conforme prioridade das demais demandas da área.	Rubilar	Em Execução	agosto/2021		01/03/2022			-	
AÇÃO (Incluída em JUN/21)	Baixa na CTPS Digital junto ao eSocial	Desenvolver solução de software em RPA (robô) para automatizar o cadastramento inicial necessário, tão logo o sistema/convênio seja disponibilizado ao TRT4, conforme demandado pela Corregedoria.	OFICIO CIRCULAR CSJT.CNPJe.SETIC No 5 2021 exige uso do Sistema de Baixa na CTPS Digital junto ao eSocial. Para iniciar a utilização desse sistema, há necessidade de cadastramento de todos servidores e todas varas.	Cumprir a determinação do uso do sistema, sem a necessidade de alocar servidores para o cadastro manual de milhares de servidores e varas.	Chamado Assyst R161763: Considerando o conteúdo OFÍCIO CIRCULAR CSJT.CNPJe.SETIC No 5 2021 (em anexo)- referente ao Sistema de Baixa na CTPS Digital junto ao eSocial, e a necessidade de cadastramento de TODOS os servidores e TODAS as varas em tal sistema/convênio, solicito, em nome da ASSTECO/Corregedoria, que a SETIC crie uma solução automatizada (robô) para atender tal demanda, tão logo o sistema/convênio eSocial seja disponibilizado ao TRT4. Pendências de definições pela ASTECO.	Fábio	Não Iniciado	(janeiro/2022)		(fevereiro/2022)			-	

CANCELADOS

Tipo	Nome	Objetivo	Problema a ser resolvido	Beneficios Estimados	Posição Atual	GP/Responsável	Status	Início Previsto	Duração	Entrega Produto Final Prevista/Realizada	Custo Estimado	Custo Realizado	Priorização	Link GitLab
PROJETO	Acervo Digital como sistema satélite do Pje (OBS.: Essa ação se refere à ação 29/2019 - Acervo Digital, contida no PDTIC anterior sob responsabilidade da equipe CIS)	Implantar a solução Acervo Digital do TRT2 em tecnologias padrão do PJe, para ser sistema satélite do PJe em toda Justiça do Trabalho.	Advogados, procuradores, entre outros perfis, atualmente não podem anexar arquivos de audio e vídeo em processos do PJe. Solução do TRT-SP atende plenamente a necessidade, porém não está adequada à arquitetura do PJe.	Possibilidade de anexar outros formatos de arquivo, além de PDF, noPJe, para toda Justiça do Trabalho.	O sistema PJe Midias foi ajustado para ser possível o envio de midias pelos advogados e peritos e está atendendo às necessidades do TRT4. Com isso, projeto CANCELADO (em dezembro/20).	Fabio Garcia	Cancelado	01/05/2020	3 meses				3750	https://gitlab.trt4.jus.br/setic/cds/spe/outros/-/issues/37

COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

Tipo	Nome	Objetivo	Problema a ser resolvido	Beneficios Estimados	Posição Atual	GP/Responsável	Status	Início Previsto	Duração	Entrega Produto Final Prevista/Realizada	Custo Estimado	Custo Realizado	Priorização	Link GitLab
PROJETO	Renovação dos ativos de rede de POA 2021	Expandir garantias dos equipamentos switches de core e de acesso dos prédios do complexo Praia de Belas, e adquirir novos equipamentos para substituição a partir do novo vencimento da garantia.	Proximidade de término das garantias. Sem garantia, os equipamentos ficam muito sujeitos a estragar e gerar indisponibilidade nos serviços que dependem deles.	Manutenção dos níveis de disponibilidade.	Renovação da garantia do core atual realizada por mais 1 ano (até outubro e dezembro/2021), e posteriormente por mais 6 meses (abril e junho/2022). Sem sucesso na primeira tentativa de pregão: as primeiras propostas não atendiam ao objeto e a seguinte estava com uma estimativa de preço muito maior. Segunda tentativa de pregão prevista para 09/12.	Adriano Simioni	Em Execução	04/05/2020	11 meses	(julho/2022)	R$4.500.000,00		4625	https://gitlab.trt4.jus.br/setic/cit/cit-work/-/issues/3
PROJETO	Renovação de no-breaks do interior 2021	Substituir os 55 no-breaks de datacenter do interior, com garantias expirando em 2021.	Ao término das garantias, as máquinas ficam expostas a maior número de falhas.	Manutenção dos níveis de disponibilidade.	Pregão realizado e contrato assinado em 26/outubro/21. Prazo de entrega e instalação:120 dias.	Adriano Simioni	Em Execução	26/02/2021	6 meses	(março/2022)	R$ 550.000,00		4375	https://gitlab.trt4.jus.br/setic/cit/cit-work/-/issues/8
AÇÃO	Estudo de alternativa ao NFS Nome antigo: Substituir NFS (Network File System) por tecnologia superior	Substituir o NFS utilizado por serviços de infraestrutura por alternativa mais robusta e confiável.	NFS é um servidor de arquivos utilizado em alguns módulos do PJe. Não é um produto de alto desempenho. Pesquisa para achar alternativa ao NFS com alto desempenho para atender aos módulos do PJe.	Desempenho adequado para sistemas que hoje dependem do NFS.	Estudos e montagem de ambiente do CEPH iniciados em abril/21. Prazo deve ser replanejado. Atividade já se encontrava desprioridade, mas foi formalmente suspensa em dez/21.	Paulo Mendes	Suspenso	março/2021					3125	https://gitlab.trt4.jus.br/setic/cit/cit-work/-/issues/12
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Melhoria da climatização do CPD1	Ampliar a capacidade de resfriamento da sala-cofre.	Com o aumento do número de servidores de rede de 2020, o CPD1 chegou no limite da sua capacidade de resfriamento. Isso impede que o datacenter opere com um ar condicionado a menos - o que é importante para momentos de manutenção. Também impede o acréscimo de novos equipamentos.	-Regularizar a redundância de máquinas de climatização (n+1). -Permitir o acréscimo de mais carga no futuro.	Contrato assinado em 22/set/21. Projeto técnico foi entregue em 10/11. Prazo para entrega dos equipamentos de climatização em 130 dias e confinamento do corredor em 160 dias.	Paulo Mendes / Susin	Em Execução	(abril/2021)		(abril/2022)	R$250.000,00 Valor estimado com base na última contratação, mais possível reajuste		5250	
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Armazenamento de arquivos de áudio e vídeo na nuvem	Migrar armazenamento local do sistemas de gestão de áudio e vídeo (Pje Midias) para serviço de armazenamento na nuvem.	Atualmente serviços de armazenamento de mídias, como o PJe Midias, são atendidos on premises. Entretanto, há uma grande incerteza sobre o crescimento da demanda desse serviço. Pode ocorrer do TRT4 não ter capacidade de escalar seu armazenamento on premises caso a demanda PJe Midias aumente abruptamente ou caso surjam serviços equivalentes. Migrar esse armazenamento para a nuvem diminui esse risco.	Garantir a continuidade dos serviços de armazenamento de áudio e vídeo caso a demanda apresente crescimento abrupto.	Estudos técnicos já realizados. POC foi parcialmente realizada: Pje Midias foi instalado com sucesso na nuvem, mas não foi utilizado por usuários reais. Avaliar o escopo desse projeto ou seu cancelamento, pois existe outro projeto em andamento que substituirá o PJEMidias pelo AUD4 com o Zoom. Sendo assim, talvez o escopo seja a migração do AUD4 e do Zoom para a nuvem e não do PJEMidias, definido inicialmente.	Germano	Em Execução	(maio/2021)		(junho/2022)	R$70.000,00		4750	
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Substituição da Telefonia Convencional	Substituir as centrais telefônicas convencionais do Tribunal por solução baseada em VoIP.	Centrais telefônicas são fardos desnecessários hoje em dia, pois podem ser totalmente substituídas pela infraestrutura de rede. A telefonia convencional prende um usuário a determinada localização geográfica, enquanto a solução VoIP permitirá a mobilidade plena.	-Diminuir o parque de ativos de TIC - não sendo necessário gerir centrais telefônicas convencionais. -Dar liberdade de movimento para os usuários, que poderão usar os ramais pela rede IP através de telefones IP, navegadores e app de smarttones.	Iniciados estudos técnicos. Documentação para contratação deverá ser elaborada durante o primeiro semestre de 2022.	João Encarnação	Em Execução	(maio/2021)		(julho/2023)	a estimar para o orçamento de 2022		2750	
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Implantar solução de gerenciamento de certificados	Centralização de credenciais e outros componentes sigilosos de infraestrutura em um cofre virtual, visando segurança Apoio na gestão de certificados, evitando o vencimento de certificados em produção e a indisponibilidade relacionada.	Armazenamento descentralizado dos diversos certificados, que cria pontos cegos na gestão dos certificados entre as diversas equipes da SETIC. Em casos específicos, diminuirá o risco de indisponibilidade causada por vencimento de certificados.	Maior segurança e organização.	Não priorizado.	Adriano Simioni	Não Iniciado	(maio/2021)		(setembro/2021)			1875	
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Serviço de arquivos de usuários na nuvem	Promover a migração dos arquivos de trabalho dos usuários dos sistemas de aquivos locais para solução em nuvem, com segurança e gerenciamento compatíveis.	A SETIC está oferecendo duas soluções para o mesmo serviço: o armazenamento de documentos em rede. Essa falta de padronização impede uma colaboração plena entre usuários de diferentes abordadgens, duplica o escopo dos prestadores de atendimento e de capacitação. Adicionalmente, usuários do serviço de armazenamento convencional não estão tirando proveito das funcionalidades do serviço em nuvem, como a interoperabilidade entre os diferentes aplicativos (emails, documentos, planilhas, apresentações...) , e das características de segurança embutidas (antivírus, backup).	Maior foco por parte da SETIC na prestação do atendimento. Maior segurança. Maior autonomia e mobilidade para os usuários. Melhor aproveitamento da solução de colaboração.	TRT4 está como co-participante de licitação para este fim no TRT2 (licitação aberta). Aguardando para avaliar a vencedora da licitação. Não priorazo.	Paulo Mendes	Não Iniciado	(agosto/2021)		(dezembro/2022)			-	
AÇÃO (Incluída em JUL/21)	Implantação de uma solução de gerenciamento de performance de aplicações (Application Performance Management - APM)	Melhoria no monitoramento da performance e da disponibilidade das aplicações providas pelo Tribunal, incluindo:Avaliação constante da experiência dos usuários durante utilização das aplicações;Mapeamento automático de dependências entre aplicações e a infraestrutura que as sustentam - atendendo às recomendações dos órgãos reguladores no que se refere ao mapeamento dos ativos vinculados ao suporte aos serviços de TIC;Identificação de gargalos que contribuem para a perda de performance ou disponibilidade das aplicações, indicando as porções de código ou elementos de infraestrutura que devem ser ajustados para a correção do problema. As aplicações são oferecidas para os usuários em regime de de 24h/dia x 7 dias/semana. Portanto, essa contratação deverá incluir aporte de pessoal para complementar a força de trabalho interna da área de tecnologia da informação, que já opera com déficit de servidores de acordo com o cálculo disponibilizado no Guia de implantação da ENTIC-JUD.	Apesar de muito esforço, nossa capacidade de diagnóstico para a solução de problemas com os sistemas é bastante limitada frente à crescente complexidade. Se por um lado temos uma ampla capacidade de monitorar nossa infraestrutura, por outro, muitas vezes, somos incapazes de correlacionar o mau desempenho de uma aplicação com um elemento específico dessa infraestrutura. Isso torna a solução dos problemas um lento e despendioso processo de tentativa e erro. Contribuem para essa dificuldade: - A crescente complexidade e variedade da infraestrutura interna nos nossos datacenters; - Dependências externas como outros Tribunais e órgãos do governo, sistema bancário e a infraestrutura pessoal de acesso dos usuários; - Um portfólio formado por mais de uma centena de sistemas, com diferentes arquiteturas e muitas vezes desenvolvidos fora do TRT4 e não raramente pouco documentados.	Maior celeridade na solução de problemas de performance e funcionamento dos sistemas. Prover as equipes de infraestutura com informação para a rápida correção de gargalos; Prover as equipes de desenvolvimento com informações para a rápida correção de problemas no código dos sistemas desenvolvidos localmente; Prover informações para abertura de chamados para prestadores de serviços externos, como o sistema bancário; Prover informações para a abertura de chamados para os fornecedores de sistemas desenvolvidos fora do TRT4.	Iniciados estudos técnicos. Provavelmente haverá participação da ata do pregão do TST.	Paulo Mendes	Em Execução	(junho/2021)		(abril/2022)			-	
AÇÃO (Incluída em JUL/21)	Migração de sistemas de terceiros para nuvem	Eleger e migrar sistemas em uso no Tribunal que funcionariam melhor e com mais segurança no modelo de software como serviço (SaaS). MOODLE, SIABI...	Alguns sistemas de terceiros instalados no Tribunal apresentam falhas de funcionamento. Outros utilizam versões de ferramentas para as quais existem vulnerabilidades conhecidas. No modelo on premises ambos os problemas são de resolução demorada, pois demandam um alinhamento entre o desenvolvedor/fornecedor, o analista responsável e a equipe de infraestrutura. A migração para o SaaS visa transferir o ônus da manutenção para o fornecedor, mitigando os riscos de falhas e vulnerabilidades, e desoneerando as equipes do Tribunal, que poderão focar mais em serviços vinculados à atividade fim.	Maior disponibilidade da solução, uma vez que será mantida por empresa especializada ou até mesmo pelo desenvolvedor. Transferir o risco de eventuais vulnerabilidades de segurança para fora da infraestrutura do Tribunal, mitigando o risco que essas vulnerabilidades sirvam como porta de entrada e afetem serviços críticos. Permitir maior foco da equipe de TI do Tribunal para serviços críticos mais fortemente vinculados às atividades fim.	Contrato do SIABI encaminhado e o sistema está em implantação em dez/21. MOODLE está em processo de contratação.	Paulo Mendes	Em Execução	(julho/2021)		(dezembro/2022)			-	
AÇÃO (Incluída em JUL/21)	Mudanças nos serviços de conexão das unidades remotas do TRT ao datacenter e à Internet (WAN 2022)	Remodelagem da comunicação de dados para os Foros do interior, considerando os novos requisitos de tráfego intensivo de áudio e vídeo impostos pela gravação de audiências, bem como a expansão da utilização de serviços em nuvem.	A WAN foi desenhada inicialmente para atender as demandas de acessos a sistemas hospedados no Tribunal e dimensionada para atender tráfego de dados, VoIP, e navegação. Considerando a nova realidade baseada no aumento expressivo de tráfego de vídeo e a adoção de serviços em nuvem, o modelo atual não se mostra mais adequado.	Permitir que os usuários nas unidades do interior tenham uma experiência de trabalho próxima à experiência dos usuários da capital no que se refere a serviços de TIC.	Estudos técnicos em andamento, serão entregues até maio/2022. Modelo da rede sofreu alterações e novos orçamentos serão solicitados. Previsão de licitação no segundo semestre/2022.	Paulo Mendes	Em Execução	(julho/2021)		(dezembro/2022)			-	

CANCELADOS

PROJETO	Organização do cabeamento interior	Contratação de serviço de reorganização dos racks remotos.	O manuseio em cada operação (geralmente por terceiros) nos racks do interior vai gerando uma desorganização cumulativa no cabeamento. Isso dificulta as próximas operações e gera um maior risco de falhas de rede lógica e em outros equipamentos do rack; dificuldade na ativação de pontos lógicos/voz.	-Manutenção da padronização dos racks. -Menor possibilidade de falhas da rede lógica. -Melhores condições para manutenção.	Projeto incompatível com o cenário da pandemia. Será reavaliado em 2022. Cancelado em março/21.	Adriano Simioni	Cancelado	01/03/2021	10 meses		R$ 200.000,00		3125	https://gitlab.trt4.jus.br/setic/cit/cit-work/-/issues/11
AÇÃO	Estudo para ampliação do anel de fibra ótica	Fazer análise de capacidade do anel de fibras ópticas que interliga o Complexo Praia de Belas e verificar se é necessário o acréscimo de cabos.	Evitar eventual esgotamento na capacidade de interligação dos prédios do Complexo Praia de Belas.	Mitigar o risco de indisponibilidade por falta de fibras.	É necessário aguardar a entrega dos equipamentos novos contidos no projeto de "Renovavação dos ativos de rede", previsto até dezembro/21, para testar se a nova tecnologia vai operar a pleno com a fibra atual. Somente após essa validação, será possível definir a real necessidade da ampliação do anel de fibra ótica e nesse caso, especificar a quantidade e tipo de fibra necessária. Sendo assim, estamos cancelando a presente ação. Caso seja necessária, deverá ser planejada para o próximo ciclo do PDTIC. Cancelado em abril/21.	Paulo Mendes	Cancelado	01/03/2021	3 meses				3250	https://gitlab.trt4.jus.br/setic/cit/cit-work/-/issues/10
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Ampliação do espaço de armazenamento	Providenciar espaço de armazenamento com meta de duração até 2025. Seja por acréscimo de mídias *on premises*, com adoção de nuvem, ou redução de uso.	Foi realizado um grande investimento para termos storages de alta performance (high end) operando com redundância e com aproveitamento até 2025. Com a atual curva de crescimento na utilização, nossos storages não serão capazes de suportar até 2025. Esse projeto visa evitar que esse espaço de alta performance seja consumido por serviços que poderiam ser armazenados em mídias menos nobres, como nuvem ou armazenamento em storage de menor performance ou sem redundância.	Garantir a continuidade dos serviços que precisam de armazenamento de alta performance.	Realizada em 2021 avaliação do espaço de armazenamento, a qual concluiu que o armazenamento atual é suficiente até meados de 2024. Com isso, essa ação está sendo cancelada. Deverá ser aberta nova nova ação quando nova avaliação for realizada e indicar a necessidade de ampliação. Cancelada em dez/21. Motivo: avaliação indicou não ser necessária ampliação de espaço de armazenamento antes de 2024.	Paulo Mendes / Daví	Cancelado	(maio/2021)		a estimar para o orçamento 2022 (depende da solução escolhida)			2750	

COORDENADORIA DE GESTÃO DE TIC

Tipo	Nome	Objetivo	Problema a ser resolvido	Benefícios Estimados	Posição Atual	GP/Responsável	Status	Início Previsto	Duração	Entrega Produto Final Prevista/Realizada	Custo Estimado	Custo Realizado	Priorização	Link GitLab
AÇÃO	Avaliação e implantação de nova solução de segurança de Endpoints Nome Antigo: Avaliação de soluções de segurança de Endpoints	Avaliar soluções de proteção de endpoint disponíveis no mercado para substituir solução cujo contrato expirará. Implantar a nova solução definida como a adequada.	Contrato da solução atual de proteção de endpoint (antivírus, spyware, etc) vence em maio de 2021 e pode ser estendido por apenas mais um ano.	Manutenção da proteção contra malwares no parque computacional.	O contrato da atual solução de antivirus encerrou-se em meados de maio/21 e foi prorrogado até agosto/21. A licitação do TRT13 foi revogada e não foi republicada até maio/2021. Ação havia sido cancelada em abril e foi retomada em maio, devido ao risco de ficarmos sem a solução de antivirus. Licitação ocorreu em outubro/2021 e a nova solução (Cylance Protect) está em implantação.	Lucas Pozatti	Em Execução	25/08/2020	6 meses	30/03/2022			4500	https://gitlab.trt4.jus.br/setic/cgtic/esi/antivirus/-/issues/12
AÇÃO	SGSI ciclo 20/21	Aumento do nível de segurança da informação e melhoria da maturidade de segurança da informação.	Manutenção do nível de segurança da informação em níveis aceitáveis pelo negócio.	Manutenção e/ou melhoria de índices aceitáveis de disponibilidade, integridade e confidencialidade das informações, sistemas e infraestrutura tecnológica do Tribunal.	Atividades de planejamento e gestão sendo realizadas porém impactadas pelas atividades operacionais relacionadas à pandemia e demais serviços do ESI. O ciclo do SGSI é de 2 anos e é possível que nem todo o escopo previsto para este ciclo seja possível de ser realizado. Realizadas a Declaração de Aplicabilidade, a Revisão da Política de Segurança da Informação, a Revisão dos Processos de SI. -Revisão dos Planos de Continuidade de Negócio (22 PRD's e 6 PCO's): planos revisados. Realizar a formalização (aprovação dos comitês e Presidência). -Execução dos Coletores de Gestão de Riscos: concluído. -Preparação dos Questionários de Riscos para envio às equipes: questionários finalizados. Em análise se será feito através de uma contratação de consultoria (até abril para contratação e execução ainda em 2021). -Revisão PSI e dos processos de SI aprovada pela Presidência e política publicada. Processos publicados no portal de governança. Pendentes as revisões de 2021. -Elaborado relatório de análise de riscos do PJe do ano de 2021, aprovado pela Diretora SETIC dia 01/dez. -Falta elaborar relatório de encerramento do SGSI ciclo 2020/2021.	Lucas Pozatti	Em Execução	07/01/2020	2 anos	31/01/2022			4125	https://gitlab.trt4.jus.br/setic/cgtic/esi/sgsi-20-21/-/issues/24
AÇÃO	Estudo para Atualização de versão do BD Oracle	Realizar um estudo e elaborar um documento técnico, contendo as ações e o esforço necessário para a realização da atualização da versão do SGBD Oracle no ambiente computacional do TRT4, com base em testes realizados em uma amostra de sistemas. Deverão ser avaliados os benefícios técnicos da migração, o esforço para adaptação dos sistemas e os riscos de não realizar a migração, de modo a subsidiar a escolha pela atualização para a nova versão ou manutenção da versão atualmente em uso. Esta ação engloba: 1. INFRA - Criação do ambiente com o Oracle atualizado, além de ajustes e configurações durante a fase de testes. 2. DESENV - Testes em 3 sistemas Oracle importantes sob responsabilidade do DESENV. 3. CIS - Testes em 3 sistemas Oracle NACIONAIS sob responsabilidade da CIS. 4. ESI - Avaliação de questões de segurança de informação. 5. TODOS - Produção do documento técnico com o resultado dos testes, estimativa de ações e de esforço necessário para a realização da migração. Caso o estudo leve à opção pela atualização, será criado um projeto/ação futura para a migração em si.	Versão atual do Sistema Gerenciador de Banco de Dados Oracle do TRT4 encontra-se desatualizada.	Assegurar e escolha da melhor opção entre atualizar a versão do SGBD Oracle ou mantê-lo na versão atual para a sustentação dos sistemas que dele dependem.	Até março de 2021 foi feita a avaliação por parte dos DBAS e ESI (doc na issue do gitlab) sobre o risco de se manter na versão atual sem migração. Submetido o relatório para o comitê gestor de TIC. CDES faria inicialmente a migração da NJ4, a fim de obter uma base real para o dimensionamento do esforço da atualização dos demais sistemas. Porém outros sistemas foram priorizados, cfe a seguir: -A ação de migração do SAP para Qlik está usando o Oracle 19c e já está gerando conhecimento para a equipe. -Migração do SIGEP em produção concluída em 03/setembro/2021. -SILC: versão com banco atualizado liberada para homologação pelo gestor do sistema (Rubilar) em 01/12/21 (além do oracle, substituiram servidor Jboss Eap para Wildfly 22 e mudaram para infraestrutura em containers). A estimativa total deve ser submetida ao comitê de governança de TIC, para priorização. Com a estimativa, plano de migração e apresentação para o comitê de governança, a princípio essa ação estará concluída. Validar se criaremos nova ação para registro das demais migrações (aguardando decisão da CDES e Direção da SETIC).	Cíntia Petuco	Em Execução	08/06/2020	12 meses	29/04/2022			3125	https://gitlab.trt4.jus.br/setic/cgtic/ep/ATIVIDADES/-/issues/4
AÇÃO	Plano Anual de Capacitação 2020	Atualizar e aperfeiçoar as competências técnicas e gerenciais dos servidores da SETIC, por meio da execução do Plano Anual de Capacitação.	As equipes da Setic, em função da natureza de suas atividades, precisam estar constantemente em processo de desenvolvimento e atualização de competências técnicas e gerenciais, por meio de um processo de capacitação continuada, devidamente vinculadas às atribuições de cada servidor, e que seja capaz de promover equilíbrio no balanceamento da capacitação entre as áreas de acordo com as necessidades e a criticidade.	- Atender às necessidades de conhecimento técnico e gerencial das equipes da Setic. -Proporcionar ao Tribunal e entrega de serviços dentro de padrões de alta qualidade e eficiência, alinhado às melhores práticas de mercado. -Atingir os indicadores estabelecidos no Plano Estratégico de TIC da Justiça do Trabalho (Resolução CSJT 158/2015).	Os treinamentos presenciais planejados para serem realizados em 2020 foram sendo substituídos por cursos on-line e foram realizados. Planejamento do PAC para 2021 aprovado pela Presidente. Nessa mesma ação está englobada a execução do PAC 2021, que teve seu prazo prorrogado para conclusão (a princípio fevereiro/março de 2022), pois algumas áreas não conseguiram finalizar seus treinamentos.	Ricardo Kurylenko	Em Execução	01/07/2019	18 meses	(março/2022)	2020: R$320.529,54 2021: R$306.045,78	2020: R$136.474,20	1750	https://gitlab.trt4.jus.br/setic/cgtic/eproc/pac-2020/-/issues/4
AÇÃO	Mapeamento do Processo de Gerenciamento de Produto	Mapear um processo de gerenciamento de Portfólio de Produtos de software, de forma a mapear a visibilidade estratégica de cada produto. Desenvolver ainda, o processo de gestão dos produtos de acordo com as melhores práticas vigentes e que seja adequado à realidade do TRT4, que vise agilizar as entregas tanto de novos produtos de software quanto da evolução dos existentes.	Sofware é um produto ininterrupto, e enquanto o negócio está evoluindo, é natural o surgimento de necessidades que precisam ser atendidas. Portanto a limitação de tempo e escopo como num projeto tradicional pode não se aplicar a qualquer tipo de projeto de software. Entregas frequentes e necessidades constantemente reavaliadas podem aumentar o valor agregado do produto e agilizar o atendimento das necessidades da área de negócio. A metodologia de desenvolvimento de software atualmente existente no TRT4 ainda é bastante focada no processo tradicional de gerenciamento de projetos e de entregas ágeis, necessidando de uma adaptação para aumentar o foco nos produtos, com maior envolvimento das áreas de negócio.	-Maior visibilidade por parte dos envolvidos na construção ou sustentação de um software. -Facilidade na mensuração do valor agregado que o produto (software) está gerando. -Maior transparência na comunicação ao longo da construção e evolução dos produtos de software. -Maior objetividade e assertividade dos produtos entregues.	Esboço do processo já desenhado. Realizado treinamento com os gestores da SETIC, no qual ficaram definidos papéis e responsáveis dos produtos. Em elaboração do plano de ação para a construção do processo de gerenciamento de produtos. Considerando que poderá trazer mudanças na organização de toda a SETIC, o estudo precisa ser amadurecido. Suspensa em maio/21.	Ricardo Kurylenko	Suspenso	01/07/2020	2 meses	01/06/2021			3500	https://gitlab.trt4.jus.br/setic/cgtic/eproc/atividades/-/issues/8
AÇÃO	Automação dos controles orçamentários de TIC utilizando ferramenta de BI	Disponibilizar uma ferramenta que permita consulta rápida às informações de execução orçamentária e o cruzamento com os itens do Plano de Contratações de TIC, possibilitando melhor análise e controle da execução orçamentária da SETIC. O projeto envolverá o sistema SIGEO e relatórios na ferramenta de BI, adotada pelo TRT para análise de dados estatísticos.	Atualmente o controle orçamentário de TIC é realizado através de uma planilha com dados importados do SIAFI, disponibilizados pela Coordenadoria de Planejamento do Tribunal, e informações preenchidas manualmente. Tal controle possui falhas como a demora na atualização dos dados e o risco de erros de preenchimento, não atendendo a necessidade de informações ágeis para tomada de decisões por parte dos gestores da SETIC.	-Possibilitar consultas ágeis da execução orçamentária da SETIC, facilitando a tomada de decisões por parte dos gestores de TIC. -Possibilitar o cruzamento de informações com o Plano de Contratações de TIC. -Calcular automaticamente os indicadores orçamentários da SETIC. -Substituir o controle atual, que é realizado através de uma planilha por relatórios na ferramentas de BI do Tribunal.	As informações necessárias existem no SIGEO e teriam que ser consultadas pelo BI. No entanto, solicitado via DG/S acesso aos dados do SIGEO e não houve autorização do CSJT. Com isso, a solução será baseada em informações vindas de planilhas da Coordenadoria de Planejamento Orçamentário, até que haja uma solução nacional para a demanda. Em paralelo, Simone realizou curso do Qlik. Importação dos dados para o painel do BI será feito em Janeiro/22.	Simone Goulart	Em Execução	01/07/2020	6 meses	(março/2022)			2375	https://gitlab.trt4.jus.br/setic/cgtic/sactic/atividades-da-equipe/-/issues/1
AÇÃO	Estudos da força de trabalho de TIC	Pesquisar recomendações legais e melhores práticas de mercado a fim de mapear a melhor estrutura de TIC necessária para atender às atuais demandas de tecnologia da informação e comunicação. Incluir no estudo a relevância da área de tecnologia no TRT4, para as questões de bonificações.	Diminuição dos recursos humanos da área de TIC e o aumento significativo de demandas tem impactado fortemente na velocidade das entregas da Setic.	-Adequar a atual estrutura da SETIC a fim de torná-la mais eficiente no atendimento das demandas do Tribunal. -Melhorar a comunicação da SETIC junto a Administração do Tribunal no que diz respeito à entrega de valor.	Realizando pesquisas preliminares e formas de dimensionar a equipe com base no mercado. Expectativa de que após o treinamento de gestão de produtos se possa ter uma melhor noção dos tamanhos das equipes. Entic-Jud manteve o dimensionamento para quadro mínimo de TIC.	Ricardo Kurylenko	Em Execução	01/07/2020		junho/2022			2375	https://gitlab.trt4.jus.br/setic/cgtic/eproc/atividades/-/issues/19
AÇÃO (Incluída em DEZ/20)	Estudo de solução de gestão de vulnerabilidade	Avaliação de solução de gestão de vulnerabilidades - proprietárias e opensource.	Desconhecimento das vulnerabilidades tecnológcias presentes no ambiente do TRT, possbilitando a ocorrência de incidentes cibernéticos.	Possibilitar a escolha da solução que melhor atende às necessidades do TRT, contribuindo para o gerenciamento de vulnerabilidades eficaz e eficiente.	Estudo retomado em maio/2021. Setembro/2021: avaliação da solução opensource Wazuh. TRT4 manifestou interesse em ser partícipe da ARP do TRT8.	Lucas Pozatti	Em Execução	15/09/2020	12 meses	31/03/2022			3500	https://gitlab.trt4.jus.br/setic/cgtic/esi/poc-gest-vulnerabilidades/-/issues/3
AÇÃO (Incluída em MAR/21)	Protocolos de Segurança Cibernética	Executar um plano de ações para elaboração e atendimento aos protocolos de Prevenção a Incidentes Cibernéticos, Gerenciamento de Crises Cibernéticas e Investigação para Ilícitos Cibernéticos do Poder Judiciário, conforme portarias publicadas pelo CNJ.	Necessidade de cumprimento às portarias 292, 290 e 291 do CNJ, que definem respectivamente os seguintes Protocolos de Segurança Cibernética do Poder Judiciário: -Protocolo de Prevenção a Incidentes Cibernéticos; -Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas; -Protocolo de Investigação para Ilícitos Cibernéticos.	-Cumprimento às portarias 292, 290 e 291 do CNJ. -Definição do Protocolo de Prevenção a Incidentes Cibernéticos. -Definição do Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas. -Definição do Protocolo de Investigação para Ilícitos Cibernéticos. -Ambiente tecnológico do TRT4 mais seguro e adequado em relação a ataques cibernéticos.	Plano macro das ações enviado ao CNJ, o qual define que a conclusão das ações para atendimento aos três protocolos será em dezembro/21. Posteriormente, o projeto se estende até março/22, para implementação de soluções de proteção contra ataques cibernéticos, indicados pela análise e levantamento realizados. Relatório de riscos cibernéticos encaminhado via PROAD 2379/2021 para a Presidência. Os 3 protocolos foram finalizados e também anexados no mesmo PROAD. Aguardando validação da Presidência. Além disso, publicar os protocolos no Portal de Governança de TIC e divulgá-los internamente. Ação prevista inicialmente para 17/dez/21, replanejada.	Lucas Pozatti/ Cintia Petuco	Em Execução	08/01/2021		31/1/2022			3750	https://gitlab.trt4.jus.br/setic/cgtic/ep/ATIVIDADES/-/issues/7
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Implementação de soluções de proteção contra ataques cibernéticos (Protocolos de Segurança Cibernética)	Implementação de soluções de proteção contra ataques cibernéticos, conforme for indicado na avaliação de soluções tecnológicas atuais (de acordo com o cronograma do Protocolo de Segurança Cibernética - PPICiber). Obs.: No prazo desta ação, que acompanha o prazo encaminhado ao CNJ no projeto dos Protocolos de Segurança Cibernética, serão realizadas as implementações possíveis de serem priorizadas nesse período. Caso restarem implementações a serem feitas, farão parte de um plano de trabalho posterior.	Uma das atividades da ação de "Protocolos de Segurança Cibernética", é avaliar as soluções tecnológicas atuais, a fim de verificar gaps existentes e levantar quais controles e boas práticas deveriam ser adotadas para melhor monitorar, detectar, conter e eliminar ataques cibernéticos. Com isso, a presente ação se faz necessária a fim de atender o que for indicado após essa avaliação, no que se refere à implementação de soluções de proteção contra ataques cibernéticos.	-Redução de riscos de ataques cibernéticos ao TRT4, por meio da implementação de soluções de proteção eficazes. -Atendimento ao Protocolo de Prevenção a Incidentes Cibernéticos do Poder Judiciário (PPICiber).	Em implantação NGAV. Em andamento a POC da Akamai. CIT realizando criação de arquivos canários. Primeiro semestre de 22, TRT4 irá aderir a ARP executadas pelo TRT8: solução de gestão de acesso privilegiado e solução de gestão de vulnerabilidades. Em elaboração o "Relatório de riscos cibernéticos - Resultado das Ações de Monitoramento e Proteção", para registro das ações realizadas referente a esse item.	Lucas Pozatti/ Cintia Petuco	Em Execução	(setembro/2021)		(março/2022)			3875	https://gitlab.trt4.jus.br/setic/cgtic/esi/backlog-do-esi/-/issues/71
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Criação/adequação dos sistemas de monitoramento (Protocolos de Segurança Cibernética)	Adequação dos sistemas de monitoramento do ambiente tecnológico para detecção de anomalias que possam indicar a ocorrência de ataques cibernéticos, conforme for indicado na avaliação de soluções tecnológicas atuais (de acordo com o cronograma do Protocolo de Segurança Cibernética - PPICiber). Obs.: No prazo desta ação, que acompanha o prazo encaminhado ao CNJ no projeto dos Protocolos de Segurança Cibernética, serão realizadas as adequações possíveis de serem priorizadas nesse período. Caso restarem adequações a serem feitas, farão parte de um plano de trabalho posterior.	Uma das atividades da ação de "Protocolos de Segurança Cibernética", é avaliar as soluções tecnológicas atuais, a fim de verificar gaps existentes e levantar quais controles e boas práticas deveriam ser adotados para melhor monitorar, detectar, conter e eliminar ataques cibernéticos. Com isso, a presente ação se faz necessária a fim de atender o que for indicado após essa avaliação, no que se refere à criação/adequação dos sistemas de monitoramento.	-Redução de riscos de ataques cibernéticos ao TRT4, por meio de sistemas de monitoramento adequados. -Atendimento ao Protocolo de Investigação de Ilícitos Cibernéticos do Poder Judiciário (PIICiber).	Contratação da solução NGAV contempla também melhoria na capacidade de monitoramento. CIT está trabalhando na melhoria do monitoramento ZABBIX.	Lucas Pozatti/ Cintia Petuco	Em Execução	(setembro/2021)		(março/2022)			3750	https://gitlab.trt4.jus.br/setic/cgtic/esi/backlog-do-esi/-/issues/72
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Ajustes de sincronização de relógio e de registro de logs (Protocolos de Segurança Cibernética)	Realização de eventuais ajustes de sincronização de relógio e de registro de logs nos sistemas e serviços, que forem apontados na análise das soluções atuais (de acordo com o cronograma do Protocolo de Segurança Cibernética - PIIC). Obs.: No prazo desta ação, que acompanha o prazo encaminhado ao CNJ no projeto dos Protocolos de Segurança Cibernética, serão realizados os ajustes possíveis de serem priorizados nesse período. Caso restarem ajustes a serem feitos, farão parte de um plano de trabalho posterior.	Uma das atividades da ação de "Protocolos de Segurança Cibernética", é verificar se os ativos, serviços e sistemas estão com o relógio sincronizado com a Hora Legal Brasileira, bem como verificar qwuais são as informações que são registradas em logs. Com isso, a presente ação se faz necessária a fim de atender o que for indicado após essa verficação, com o objetivo de realizar os eventuais ajustes de sincronização de relógio e de registro de logs nos sistemas e serviços que se fizerem necessários.	-Veracidade e coerência no registro de horário nos ativos, serviços e sistemas contidos no ambiente tecnológico, fornecendo informações para a investigação de ilícitos cibernéticos. -Atendimento ao Protocolo de Investigação para Ilícitos Cibernéticos do Poder Judiciário (PIIC).	Elaborado relatório de análise dos logs/sincronização de hora "PIICiber - Avaliação do nível de registro de informações (logs)". Relatório deve ser encaminhado para avaliação da CIT e CDS, a fim de definir se existem ações a serem feitas. Ação prevista inicialmente para dez/21, replanejada.	Lucas Pozatti/ Cintia Petuco	Em Execução	(outubro/2021)		(março/2022)			3750	https://gitlab.trt4.jus.br/setic/cgtic/esi/backlog-do-esi/-/issues/73
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Pesquisa de Satisfação	Elaborar pesquisa de satisfação anual e por chamado para avaliar a qualidade dos serviço prestados pela Setic e identificar oportunidades de melhoria.	O PETIC do TRT4 expirou em 2021 e a nova Entic-jud, por meios da resolução CNJ 370/21, recomenda o acompanhamento da satisfação dos usuários em relação ao atendimento prestado pela área de TIC.	Melhorar a qualidade do atendimento pestado pela Setic na gestão dos serviços de TIC	Pesquisa anual concluída. Nova pesquisa por chamado implementada em produção e em avaliação pela SAU.	Ricardo Kurylenko	Em Execução	(julho/2021)		(março/2022)			2125	
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Adequação da SETIC/TRT4 à LGPD -CNJ 363/2021	Realizar análise e implementação das ações prioritárias necessárias para aderência do TRT em relação à Resolução CNJ nº 363/2021, que estabelece medidas para o processo de adequação à LGPD a serem adotadas pelos Tribunais. Esse projeto será gerenciado pela CGTIC e deve consolidar todas as ações que se fizerem necessárias nas demais seções da SETIC, como: a análise e ajustes nos sistemas desenvolvidos pelo TRT4, em relação ao tratamento de dados pessoais definidos pela LGPD, entre outros.	Obrigatoriedade de conformidade com a LGPD. A SETIC ainda desconhece a necessidade de ajustes em sistemas em relação à definição de tratamento de dados pessoais frente à LGPD. A definição sobre o tratamento deve ser realizada por representantes das áreas de negócio, responsáveis pela respectiva gestão dos dados pois apesar de os sistemas serem desenvolvidos visando qualidade e segurança, atualmente não há uma visão clara sobre a aderência dos sistemas às definições da LGPD.	Adequação à LGPD dos itens que são de responsabilidade da SETIC.	O plano está detalhado no documento https://docs.google.com/spreadsheets/d/16xbE0NPlfssViPL-NRE3900MokOidbkXTQKV6bjmNLo/edit#gid=0. Ação 1 está praticamente concluída. Ação 2 foi elabrado o plano de resposta, validado pelo Comitê Gestor de TIC, necessário encaminhar PROAD 4078/2021 para aprovação da Presidência. Ação 9 (treinamento) concluída. A Ação 4 foi iniciada (avaliação dos Banco de Dados). OBS.: Na Entic-jud, essa ação ficou contemplando apenas a implementação das ações prioritárias, pois está estabelecida a data de final de 2021 para conclusão. O prazo inicial para conclusão dessa ação era Dez/21. Avaliar sua continuidade para o próximo PDTIC, visto que as ações planejadas inicialmente não foram concluídas na totalidade.	Lucas Pozatti/ Cintia Petuco	Em Execução	(março/2021)		(março/2022)			3500	
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Revisão dos processos de Desenvolvimento e de Sustentação de Software	Revisar os processos de desenvolvimento e sustentação de software com o objetivo de unificá-los em um único processo, orientado ao desenvolvimento e gestão de produtos de software.	O atual processo de desenvolvimento de software está direcionado a projetos, o que não envolve a maior parte das ações executadas em sistemas, as quais demandam maior agilidade de atendimento e geram resultados significativos para o Tribunal. Além disso faz-se necessária a adequação às práticas e ferramentes ágeis adotadas pelas equipes, envolvendo racionalização e unificação ao processo de sustentação de software, outro serviço importante referente a sistemas e prestado aos usuários.	Melhorar e simplificar as atividades envolvendo construção de software para entregar com maior agilidade e assegurar maior aderência à metodologia de desenvolvimento.	Processo revisado com o grupo de trabalho do desenvolvimento. Indicador do processo foi definido, falta validar com o Diretor da SETIC. Validar o processo com o Comitê Gestor de TIC, Comitê Gestor de Governança e aprovar com a Presidência.	Ricardo Kurylenko	Em Execução	(março/2021)		(fevereiro/2022)			2375	
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Planejamento de medidas emergenciais em caso de ataques cibernético	Estabelecer junto às áreas judiciárias de 1º e 2º graus, um plano de ações emergenciais do TRT para o caso de um ataque cibernético, onde os recursos de TIC fiquem indisponíveis e as ações críticas e emergenciais (nas quais não se pode suspender o prazo) possam ser recebidas, analisadas e decididas.	Não há um processo estabelecido, bem como meios pré-formatados, para o recebimentos de ações emergenciais em casos de desligamento total do datacenter.	Permitir que os jurisdicionados possam encaminhar ações emergenciais, mesmo sem que haja acesso aos sistemas do TRT4.	Reuniões realizadas com representantes da Corregedoria, Segjud, Secom e SETIC. Iniciado o levantamento dos tipos de situações emergenciais, bem como o plano de como a SETIC pode se preparar para que as unidades recebam as solicitações. Hospedagem DNS em outro local: contratação em andamento na CGTIC. A cópia dos pdfs para a nuvem mostrou-se inviável. Necessário reunir o grupo de trabalho para redefinições em relação a esta ação.	Cíntia Petuco / Lucas Pozzati	Em Execução	maio/2021		(julho/2022)			-	
AÇÃO (Incluída em JUNH/21)	Implantação de solução em nuvem para proteção e otimização de borda de rede	Contratação e adoção de solução em nuvem para aprimoramento da segurança de borda da rede, protegendo o Tribunal de ameaças (ataques de negação de serviço, robôs de consulta em massa e invasões por inserção de código malicioso) antes mesmo que elas alcancem suas fronteiras com a internet. O serviço deverá incluir uma rede de distribuição de conteúdo (CDN - content delivery network), um firewall de aplicativos web (WAF - web application firewall), solução de gestão de robôs, blindagem de site (forçando todo tráfego através das ferramentas de segurança) e serviço de nomes de domínio (DNS - domain name services).	Por mais se se mantenham atualizados e permanentemente gerenciados, os mecanismos de proteção de infraestrutura tecnológica tradicionais não são suficientes para conter ataques cibernéticos cada vez mais complexos e poderosos que têm ocorrido recentemente.	Aumentar substancialmente o nível de segurança da infraestrutura tecnológica e dos ativos de informação do Tribunal, melhorando a segurança da informação do processo judicial.	POC da Akamai em andamento. Contratação será nacional. TRT4 elaborando o edital, com base na especificação do TRF-2. Edital compartilhado para avaliação dos demais Tribunais.	Lucas Pozatti	Em Execução	(junho/2021)		(junho/2022)				
AÇÃO (Incluída em JUNH/21)	Plano de Transformação Digital	Desdobrar o plano de transformação do Tribunal em ações da SETIC	A Entic-Jud determina que cada órgão deve ter seu plano de transformação digital. O CSJT deverá determinar diretrizes, ações e projetos que devem ser executadas pelos Tribunais para que o máximo de serviços oferecidos para a Sociedade possam ser transformados em digitais.	Aumento dos serviços digitais disponibilizados para a sociendade sociedade.	Realizada primeira avaliação dos serviços contidos na Carta de Serviço ao Cidadão. Necessário definir grupo de trabalho envolvendo representantes do Primeiro e Segundo grau. No aguardo dessa definição, para evolução do plano.	Cintia Petuco	Em Execução	junho/2021		(julho/2022)			-	
AÇÃO (Incluída em JUL/21)	Política de Gestão de pessoas de TIC	Desenvolver planos para: - Gestão por desempenho dos servidores - Plano para retenção de talentos - Diretrizes para trabalho remoto	A escassez de profissionais de tecnologia no mercado, com tendência de agravamento para os próximos anos, vem causando alta rotatividade e evasão de servidores na SETIC.	Redução da rotatividade dos servidores na SETIC. Dispor de critérios objetivos para a gestão de desempenho dos servidores da SETIC. Melhoria dos serviços prestados pela SETIC aos usuários.	NOVA AÇÃO incluída na ENTICJUD.	Ricardo Kurylenko	Não Iniciado	agosto/2021		(dezembro/2023)			-	
AÇÃO (Incluída em JUL/21)	Proposta de encaminhamento de projeto de lei para criação de cargos e funções comissionadas específicos para a área de tecnologia da informação e comunicações	Elaborar proposta de projeto de lei para criação de cargos específicos de TI, bem como de funções comissionadas de modo a permitir a adequação da SETIC no que refere ao número de servidores efetivos e a real valorização das pessoas. A necessidade de que o TRT atenda o item relacionado à gestão de pessoas, que restou pendente do ciclo da ENTIC-JUD finalizado em 2020, foi apontada pelo Corregedor-Geral da JT na ata da Correção realizada entre 12 e 16 de julho de 2021, tendo destacado a valorização do pessoal de TIC. Considerando que até o momento não houve priorização administrativa para concretizar a valorização das equipes de TIC, e que não há margem para solucionar a questão com os cargos que poderiam ser transformados para TI, ou FCs a serem realocadas, a solução definitiva depende da criação de novos cargos e funções.	O aumento das atribuições e responsabilidades da área de tecnologia ocorridos com a mudança de paradigma do processo judicial para o meio eletrônico, onde a tecnologia absorveu inúmeras atribuições burocráticas e a responsabilidade sobre a guarda e disponibilidade de 100% dos autos dos processos judiciais trabalhistas, não foi acompanhada de uma politica de valorização capaz de remunerar os servidores de acordo com a criticidade das suas responsabilidades para a prestação jurisdicional.	Estabelecer uma política efetiva de valorização aos servidores da área de tecnologia da informação, atendendo às recomendações do CNJ e do CSJT.	Obs.: Essa ação foi incluída somente na planilha final consolidada, da versão final da ENTIC. Não está na aba da CGTIC.	Ricardo Kurylenko	Não Iniciado	(setembro/2021)		(junho/2022)				
AÇÃO (incluída em set/2021)	Plano de atendimento ao Diagnóstico dos controles mínimos recomendados em segurança da informação	Mapear o grau de aderência do ambiente tecnológico do TRT ao Guia de Proteção de Infraestruturas Críticas, elaborado pelo CNJ. Com base nessa análise, elaborar planejamento para obter um nível adequado de conformidade aos controles elencados no guia.	O guia utiliza como referência um framework de segurança da informação chamado CIS Controls V 7.1, que elenca boas práticas de proteção do ambiente tecnológico. O não atendimento ao guia, por sua vez, implica em maior exposição a riscos de incidentes cibernéticos.	-Conformidade com regulamentações do CNJ e boas práticas de segurança cibernética; -Aumento do nível de proteção do ambiente tecnológico.	Planejamento de adequação ao guia de proteção de infraestrutura crítica, a ser elaborado.	Lucas Pozatti	Não Iniciado	(janeiro/2022)		(março/2022)				

AÇÃO (incluída em setembro/2021)	Implantação de solução de controle de acesso à rede Nome antigo: Utilizar uma ferramenta de descoberta ativa para identificar dispositivos conectados à rede da organização, e atualizar o inventário de hardware.	Em detalhamento	Utilizamos Parcialmente. Usamos um software chamado Trauma Zero que identifica os dispositivos que possuem seu agente instalado. Como nem todo o parque está com essa agente, especialmente em função da pandemia que dificultou a distribuição de softwares para os clientes, não se pode afirmar que tal descoberta está adequada. Há projeto para 2022 que pretende implantar ferramenta capaz de identificar todos os dispositivos, através de auto descoberta. (apenas copiado do questionário de segurança),	Em detalhamento -Detectar entrada de máquinas externas na nossa rede; -	A ser definido junto com demais ações de segurança. Envolve CIT.	Lucas Pozatti	Não Iniciado							
CANCELADOS														
AÇÃO	Elaboração do PETIC	Elaborar um novo planejamento estratégico de TIC - PETIC alinhado ao Plano Estratégico nacional do CNJ - ENTIC-JUD, que está em fase de construção, bem como com os planos estratégicos de TIC do CSJT e o plano estratégico institucional do TRT4.	Com o término do ciclo estratégico 2015-2020, seja para o TRT4R seja para a Estratégia Nacional do CNJ - ENTIC-JUD, faz-se necessário elaborar um novo planejamento estratégico de TIC.	-Direcionamento nos projetos e ações no que diz respeito à entrega de valor para o negócio. -Acompanhamento constante dos resultados permitindo realizar correções de curso de forma antecipada. -Conhecimento das oportunidades e ameaças do negócio.	ENTIC-Jud (CNJ) 2021-2026 está em elaboração e desobriga a definição das estratégias de TIC locais. Cancelado em março/21.	Ricardo Kurylenko	Cancelado	19/10/2020	3 meses				4250	https://gitlab.trt4.jus.br/setic/cgtic/eproc/atividades/-/issues/5
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Avaliação de conformidade do processo de contratações de TIC com a Resolução 182/2013 e definição de melhorias	Elaborar uma planilha de *gap analysis* da Resolução 182 do CNJ para verificar se todos os itens da Resolução estão sendo atendidos pela área de contratações da Setic bem como corrigir eventuais não conformidades.	Em razão da complexidade e alto valor das contratações envolvendo tecnologia da Informação, faz-se necessário manter a aderência às recomendações da Resolução 182 do CNJ.	Verificar se todos os itens da Resolução 182 do CNJ estão sendo atendidos e corrigir eventuais não conformidades.	Cancelada em dez/21. Motivo: está sendo elaborada nova resolução, prevista para 2022.	Caroline Molina	Cancelado	(setembro/2021)		(dezembro/2021)			3125	
AÇÃO (incluída em MAIO/21)	Avaliação da execução do plano de contratações de TIC (prazo, escopo e qualidade das contratações)	Definir uma metodologia para avaliar se cada contratação do Plano Anual de Contratações foi executada dentro do prazo, escopo e qualidade previstos no plano de contratação.	As contratações de TIC são muito complexas e normalmente envolvem um alto custo de investimento. De acordo com a nova EnticJud faz-se necessário avaliar se o prazo, o escopo e a qualidade da contratação foram atendidos.	Aperfeiçoar o processo de planejamento das contratações de TIC com vistas a assegurar um melhor aproveitamento dos recursos.	Realizada conversa com EPROC. Cancelada em dez/21. Motivo: o indicador em que a mesma estava alinhada não foi mantido da revisão dos OKRs.	Caroline Molina	Cancelado	(maio/2021)		(novembro/2021)			2125	

COORDENADORIA DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS

Tipo	Nome	Objetivo	Problema a ser resolvido	Benefícios Estimados	Posição Atual	GP/Responsável	Status	Início Previsto	Duração	Entrega Produto Final Prevista/Realizada	Custo Estimado	Custo Realizado	Priorização	Link GitLab
PROJETO	SAF - Implantação do Sistema de Assentamento funcional	Implantar na SEGESP o sistema SAF (PROAD), para gestão e armazenamento de documentos funcionais.	Atualmente a guarda de documentos funcionais é feita em meio físico na SEGESP.	-Redução de espaço físico necessário. -Maior agilidade na consulta de documentos funcionais. -Maior segurança em relação ao armazenamento de documentos funcionais.	ETAPAS DO PROJETO: **Concluída:** instalação do SAF em ambiente de homologão e de produção em agosto/2021; **Concluída**: exposiçao do sistema para a SEGESP e DG em agosto/2021 e acompanhamento; **Concluída**: elaboração de manual de usuário; **Em andamento**: definições pela SEGESP quanto à migração dos assentamentos funcionais em papel e data de início da utilização do SAF (incluir como iniciativa nos OKRs).	Alex Fagundes	Em Execução	(junho/2021)	9 meses	(junho/2022)			2125	https://gitlab.trt4.jus.br/setic/cis/saf-implanta-o-do-sistema-de-assentamento-funcional/-/issues/2
AÇÃO	Preservação digital e gestão documental apoiada na implantação do modelo RDCArq Nome antigo: (Integração do ATOM com o Archivemátiva))	Integração do sistema Archivemática com o ATOM, para o tratamento do acervo de processos. Projeto foi proposto ao CSJT pelo Memorial do TRT da 4ª Região e o envolvimento da SETIC será no sentido de dar suporte ao projeto de pesquisa que será desenvolvido para esta finalidade, na qual o TRT4 será o piloto do projeto nacional.	Os processos físicos de guarda permanente estão sendo digitalizados e armazenados em rede que não possui os requisitos previstos nos atos normativos que regram a preservação de documentos digitais, em especial acerca dos metadados necessários à identificação dos objetos digitais. O PJe está acumulando processos eletrônicos de forma desnecessária, uma vez que os processos arquivados em definitivo não saem de sua base de dados.	-Documento contendo modelo de arquitetura computacional, física e lógica, incluindo segregação, das aplicações informacionais relacionadas ao barramento RDC-Arq; -Aplicação do modelo de arquitetura computacional no barramento aplicável ao PJe; -Documento contendo padrão de código das aplicações informacionais relacionadas ao barramento RDC-Arq; -Código fonte da aplicação da integração dos conceitos com o barramento do PJe.	A gerência do projeto está sob responsabilidade do Memorial (em contato com o Ibict), com acompanhamento da SETIC. Provavelmente será um projeto nacional. Data de início depende de disponibilização do sistema pelo órgão responsável. Validar com Farias se vamos manter esse projeto na SETIC (pois orçamento da SETIC) e em que área.	Alex Fagundes	Não Iniciado	(Depende de aprovação do projeto nacional, encaminhado pelo TRT4)					2125	
AÇÃO (Incluída em DEZ/20)	PJe - EREC 2.0	Implantação do EREC 2.0 (módulo de análise do recurso de revista).	O EREC atual é desktop (tecnologia antiga) e não é integrado ao PJE.	Versão web do programa de análise de recursos de revista integrada ao PJE, mais moderna e com novas funcionalidades.	O módulo EREC 2.0 (integrado ao PJe) foi instalado em produção em 06/03/21. No entanto, em razão de deficiências/bugs identificados, e por determinação da Assessoria de Recurso de Revista, o EREC DESKTOP 2.6.2 foi atualizado e mantido durante o ano de 2021, ao invés do uso do novo módulo. A versão do EREC2.0 foi atualizada junto com a versão 2.7 do PJe, em dez/21. No entanto, após reunião com a a Assessoria de Recurso de Revista em 16/11, na qual foi apresentada essa nova versão, ficou definido que não será utilizada, até que o TRT9 disponibilize ferramenta de migração dos modelos de despachos.	Janina Fagundes	Suspenso	01/12/2021		Assim que a solução for disponibilizada pelo TRT09			-	https://gitlab.trt4.jus.br/setic/cis/pje-v.-2.6/-/issues/12
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Reformulação da página de manuais de sistemas no VOX Nome antigo: Repositório de manuais e informações sobre problemas e soluçoes em sistemas judiciais	Disponibilizar uma página interna atualizada contendo manuais, informações sobre problemas e soluções atuais em sistemas judiciais, voltada para o usuário final, com layout atrativo.	Registro desnecessário de incidentes.	Auto-atendimento relacionado a sistemas judiciais.	Em andamento.	Pablo Barros	Em Execução	(junho/2021)		(junho/2022)			4125	
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Automatização de testes de sistemas	Automatizar testes das integrações entre sistemas e via MNI.	Ocorrência de problemas em ambiente de produção Dificuldade de realizar testes excessivos manuais nos sistemas a serem implantados	Detecção prévia de problemas que poderiam ocorrer em ambiente de produção	Validar a situação com o Farias (sugerido o cancelamento), pois acredita-se que o custo-benefício não se justifica nesse momento.	Pablo Barros	Não Iniciado						2125	
CANCELADOS														
AÇÃO (Incluída em DEZ/20)	PJe - SECRETARIA/PLENÁRIO ELETRÔNICOS	Implantação dos novos módulos de sessão de julgamento do 2º grau.	-	-	Aguardando a liberação completa do módulo pelo CSJT, que será feita futuramente. Cancelado em Abril/21.	Janina Fagundes	Cancelado							https://gitlab.trt4.jus.br/setic/cis/pje-v.-2.6/-/issues/11
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Reformulação da página de manuais de sistemas no VOX	Aprimorar a atual página de manuais de sistemas disponível no VOX, com layout mais atrativo e ferramenta de busca de conteúdo	-	-	Cancelado em julho/21. Essa ação foi englobada na ação "Repositório de manuais e informações sobre problemas e soluções em sistemas judiciais".	Pablo Barros	Cancelado	(junho/2021)		(novembro/2021)			3125	

PROJETOS e AÇÕES CONCLUÍDOS - RESULTADOS e BENEFÍCIOS

COORDENADORIA DE ATENDIMENTO A USUÁRIOS

Tipo	Nome	Resultado (O que foi feito)	Benefícios	Entrega Produto Final Realizada
AÇÃO	Agente da SETIC	Desenvolvido programa (agente) que será instalado em todos os computadores e notebooks do TRT4, a fim de que eles se comuniquem com um equipamento servidor da SETIC e disparem tarefas como administrador do computador, buscando por instalações e atualizações de programas de forma automática.	Possibilitar a comunicação e execução de scripts em computadores e notebooks do TRT dentro ou fora da rede do Tribunal para: -Instalar, atualizar e desinstalar programas. -Capturar informações do computador, de usuário logados e do sistema operacional. -Agendar tarefas. -Editar a área de trabalho e políticas do Windows.	12/03/2021
AÇÃO	Ampliação da terceirização do atendimento aos usuários	Realizado os estudos e a contratação de serviços técnicos especializados na área de TI para a execução continuada de atividades de suporte técnico remoto, aos usuários de todo o Estado, e presencial aos usuários de Porto Alegre. A contratação com escopo bem mais abrangente que o antigo contrato, aumentando o número de serviços que são atendidos pela equipe terceirizada nos níveis 1 e 2. Foram contratados 10 técnicos e 1 coordenador. No contrato anterior era apenas 03 técnicos, portanto, houve acréscimo de 8 profissionais, contando com o Coordenador da nova equipe.	BENEFÍCIOS ESTIMADOS: -Melhorar o percentual dos indicadores de número de chamados com resposta e resolução dentro dos prazos estabelecidos; -Destinar a equipe própria da Seção de Atendimento a Usuários para o atendimento às demandas de negócio e para a execução de atividades estratégicas da seção; -Assegurar o pronto atendimento às solicitações de serviço abertas pelos usuários de TI; -Maior gestão de todo o ciclo de atendimento, possibilitando identificar gargalos e possibilidades de melhoria nos atendimentos. ESTARÃO EM MEDIÇÃO a partir de 04/dez/21, após adapatação da equipe terceirizada.	04/10/2021
AÇÃO	Disponibilizar aos usuários o Portal de Acessos da SM	Disponibilizada ferramenta "Portal de Acessos" aos gestores dos Gabinetes do TRT4, para que eles próprios gerenciem os acessos de suas equipes ao sistema NovaJus4 (NJ4), sem necessitar o registro de chamados para a SETIC.	-Maior rapidez no fornecimento e retirada de acessos ao sistema NJ4 para as equipes de trabalho vinculadas aos gestores dos Gabinetes, visto que os gestores podem agora realizar de forma independente e a qualquer tempo essas manutenções. -Diminuição dos chamados para a SETIC, do tipo fornecimento e retirada de acesso ao sistema NJ4.	12/03/2021
AÇÃO (Incluída em MAR/21)	Implantação do ZOOM	Implantação da ferramenta ZOOM (totalizando 286 vinculadas a essa ação) para VTs e Turmas do TRT4, a fim de realizarem audiências e sessões, com usuários licenciados para a realização de gravação. Além das VTs e Turmas e dentro desse número total de licenças, as seguintes áreas receberam a ferramenta: Escola Judicial (para a realização de treinamentos via Moodle/Zoom), Sessões especializadas, Tribunal Pleno, CEJUSCs do 1º e 2º Graus, Presidência, Vice-presidência, DG e Corregedoria.	-Possibilidade de se criar uma sala de espera para as reuniões, aumentando a segurança das mesmas. -Melhor qualidade de transmissão, mesmo em conexões lentas, do que o Google Meet. -Gravação das reuniões em formatos diferentes (galeria, destaque para quem está falando, apenas áudio). -Link único para todas as reuniões feitas pela mesma conta.	30/04/2021
AÇÃO (Incluída em MAR/21)	Balcão Virtual	Implantação do Balcão Virtual no TRT4, a fim de permitir que o representante da unidade judiciária atenda remotamente o público, por meio da ferramenta Zoom de videoconferência, dentro do horário previamente estabelecido, assegurando o atendimento em relação aos processos judiciais. Foram disponibilizados 180 acessos, sendo: 142 em Varas de Trabalho e Postos; 14 em Secretarias de Turma; 23 em CCDFs e 1 na CAP.	-Atendimento da resolução CNJ nº 372/2021. -Manutenção de um canal permanente de comunicação entre os jurisdicionados (e seus advogados) e as secretarias das unidades judiciárias. Usuário para medição: Gonçalo Lautert Moretto, diretor da 3ª VT de Passo Fundo.	22/03/2021
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Substituição das baterias dos nobreaks pequenos	Substituídas baterias de 954 nobreaks da marca SMS, usados para manter os computadores das salas de audiências das Varas do Trabalho e de outros computadores estratégicos funcionando durante curtas faltas de energia elétrica.	Restabelecer a autonomia original dos nobreaks SMS de pequeno porte, que alimentam os computadores das salas de audiências das Varas do Trabalho e de outros computadores estratégicos.	(dezembro/2021)
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Equipar os balcões virtuais com câmeras para atendimento	Adquiridas e fornecidas 2 webcams para cada Vara do Trabalho para a atividade de atendimento do balcão virtual (284 Webcams no total específicas dessa ação).	-Propiciar as condições técnicas necessárias para o atendimento do balcão virtual no TRT.	28/10/2021

COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Tipo	Nome	Resultado (O que foi feito)	Benefícios	Entrega Produto Final Realizada
PROJETO	Portal de Internet (Projeto 458 contido no PDTIC anterior)	Desenvolvido novo Portal de Internet, com o uso de tecnologia mais atual.	-Agilidade no desenvolvimento. -Reformulação e atualização tecnológica. -Maior autonomia para usuários. -Acessibilidade. -Responsividade. -Substituição do atual portal mobile.	27/05/2020
PROJETO	Novo Aud (Projeto 475 contido no PDTIC anterior)	Desenvolvido novo Sistema de Audiências da Justiça do Trabalho, o AUD4, com as seguintes características: compatível com a nova arquitetura tecnológica definida pelo CSJT, visual leve e moderno e usabilidade, com recursos que proporcionem facilidade na confecção das atas, mantendo-se a possibilidade de execução offline e a integração ao sistema PJe. Após esse projeto definido junto ao CSJT, o sistema continua em constante evolução.	-Aderência à nova arquitetura de software do PJe 2.0. -Melhoria da manutenibilidade do sistema. -Maior facilidade para confecção da ata de audiência. -Otimização das atividades da secretaria.	20/04/2020
PROJETO	PJe2.0 - Emissão de Certidão de Distribuição de Ações Trabalhistas (Projeto 487 contido no PDTIC anterior)	Módulo de certidões do Pje reescrito na tecnologia Pje 2.x, com a certidão de ações trabalhistas integrada ao BNDT e a certidão de Advogado, disponível para ser emitida no perfil do Advogado.	-Redução de custo: As certidoes passaram a ser emitidas pelos usuários externos do sistema e não há mais gastos com papel para este fim; -42.784 mil certidões de ações trabalhistas emitidas diretamente pelos usuários em março/2021; -135 certidões de advogados emitidas diretamente pelos usuários desde que o módulo entrou em produção (09/03/2021); -Redução do uso de recursos: Servidores que emitiam as certidões nas unidades ficaram liberados para outras atividades; -Facilidade para que o cidadão emita as certidão diretamente no site dos TRTs, sem necessidade de login no PJe; -Facilidade para o próprio advogado emitir a sua certidão de atuação em processos; -Atualização tecnológica (Pje 2.x).	07/12/2020
AÇÃO	PJe 2.0 - Minutar e Anexar documentos em lote, em arquitetura orientada a serviços	Implementações realizados pelo TRT4, dentro do projeto nacional do PJe, de funcionalidades necessárias para lançamento em lotes de minutas. Desenvolvimentos uttilizando tecnologia do PJe 2.0. Entregas realizadas: Entrega 1 (Anexar documentos em lote) e Entrega 2 (Minutar despacho em lote).	-Agilizar decisões em grupos de processos. -Reduzir trabalho de unidades de apoio, como Secretarias de Turmas que anexam certidões aos processos.	03/09/2021
AÇÃO	Refatoração da Ferramenta de Apoio à Execução	Desenvolvida nova interface da Ferramenta de apoio à decisão (front end), com o uso de tecnologias mais atualizadas. Nova interface com melhor usabilidade, mais simples e intuitiva, visando a utilização pelos usuários das unidades judiciárias. Novas funcionalidades foram disponibilizadas a partir da identificação de necessidades pelas áreas de negócio: agrupamento de mandados por resultado e endereço; novas estatísticas de processos e ações; integração com a pesquisa de jurisprudência; lista de reclamadas que compõem o polo passivo; resumo de processos e ações recentes; exportação de dados para planilha; filtro por unidade judiciária; atalhos para convênios do Tribunal.	-Sistema estável e apto para receber novas funcionalidades. -Maior estabilidade do sistema. -E quando novas funcionalidades forem liberadas, possível aumento do uso do sistema e, por consequência, aumento da agilidade na fase de execução.	15/07/2020
AÇÃO	Solução para Promoção de Juízes	Desenvolvida solução para registro, pelos Desembargadores, das notas e suas fundamentações para os magistrados candidatos à promoção, com cálculo do ranking e publicação final.	-Registro detalhado da nota de todos magistrados candidatos, realizado por cada Desembargador, com cálculo e publicação automatizados. -Atendimento às definições do CNJ quanto à promoção de juízes.	24/08/2020
AÇÃO	Substituição completa da solução SAP pela solução Qlik	Substituição da solução SAP BO e Data Services, por novos painés desenvolvIdos na solução Qlik. Além disto, migrado o Datawarehouse em SybaseIQ para o banco de dados Oracle 19c, substituindo completamente a solução SAP.	-Maior desempenho e confiabilidade nos processos de ETL. -Mais facilidade de administração da solução de análise de dados. -Desativação da solução SAP.	10/06/2021
AÇÃO	Clustering para gabinetes de 2º grau	Solução "Clustering para gabinetes de 2o Grau" reescrita em arquitetura semelhante ao painel desenvolvido para a Assessoria de Recursos de Revista, que utiliza mecanismo de IA integrado a painel Qlik, permitindo inclusive seleções (filtros) para análise de dados. A solução foi entregue aos Gabinetes dentro da própria NovaJus4 para facilitar o acesso.	-Melhoria na identificação de similaridade entre processos e consequente melhoria na otimização da distribuição de processos entre os assistentes dos gabinetes. -Ampliação de utilização da solução no TRT4.	25/08/2020
AÇÃO	Clusterização de processos em recurso de revista	Desenvolvida solução para otimização da análise dos processos da Assessoria de Recurso de Revista, que agrupe processos pendentes de análise por semelhança.	-Maior celeridade na análise de processos em recurso de revista. -Redução do volume de processos pendentes de análise de recurso de revista. -Facilidade para manutenção da uniformidade das decisões.	03/02/2020
AÇÃO	Pesquisa textual em despachos PJe para identificar decisões relacionadas a Covid-19	Desenvolvida solução para indexar despachos do PJe 1º e 2º graus, viabilizando aos magistrados realizar pesquisa textual em despachos do Pje a partir de 16 de março de 2020.	-Agilidade para buscar decisões relacionadas ao Covid-19. -Possibilidade de pesquisa da integralidade dos despachos e decisões de 1º e 2º Graus, publicados a partir de 16/03/2020.	14/07/2020
AÇÃO	Decisômetro	Desenvolvido painel que disponibilize no site do TRT4 as informações sobre a produtividade de magistrados e servidores, compreendendo os itens definidos pelo CNJ para o regime de teletrabalho em razão do COVID-19 - Qlik Analytics Platform (QAP). Endereço: https://dados.trt4.jus.br/extensions/Decisometro/Decisometro.html	-Transparência da produtividade do TRT4.	30/04/2020
AÇÃO	CNJ - Envio de dados - Selo Justiça em Números	Desenvolvido novo formato e envio de dados do Selo Justiça em números ao CNJ, em substituição ao formato de envio atual.	-Aprimorar modo de envio de dados ao CNJ. -Maior pontuação para Selo de Qualidade ao TRT4 (O CNJ receberá os arquivos no modelo antigo e no novo; entretanto quem enviar no novo formato poderá ganhar mais pontos no Prêmio CNJ de Qualidade 2020).	21/08/2020

AÇÃO	Lista inteligente de impedimentos em processos com recurso de revista	Desenvolvida solução para identificação automatizada de impedimentos do Vice-Presidente em processos pendentes de análise de recurso de revista. O programa calcula os impedimentos tanto dos Recursos de Revista (RR) pendentes como também dos Agravos de Instrumento em Recursos de Revista (AIRR). Possui campo para informação do nome do Desembargador que vai assinar os despachos para permitir o cálculo do impedimento para o Vice-presidente ou outro membro da Administração.	-Agilidade na identificação de impedimentos do vice-presidente em processos do recurso de revista. -Maior segurança, visto que a automatização impede que processos passem desapercebidos na triagem manual.	01/03/2020
AÇÃO	Relatórios para o Sistema de Apoio Operacional - SAO PJe	Desenvolvido no SAO, relatórios com informações combinadas em um Painel para gestão de produtividade dos magistrados: -Sentenças de Conhecimento Pendentes. -Sentenças de Conhecimento Proferidas. -Embargos Declaratórios Pendentes. -Embargos Declaratórios Julgados. -Incidentes de Execução Pendentes. -Incidentes de Execução Julgados.	-Possibilita a cada Magistrado consultar a sua produtividade em um determinado período; -Possibilita ao Corregedor verificar um panorama geral da produtividade no Tribunal de maneira integrada; -Acompanhamento rápido e seguro das informações em tempo real, com possibilidades de visualização de detalhes para cada item de um Magistrado.	03/06/2020
AÇÃO	ETP SILC	Definição do sistema SILC do TRT4 como solução nacional de licitações e contratos, a ser implantada por toda a Justiça do Trabalho.	-Solução única para toda Justiça do Trabalho que atende as necessidades principais identificadas pelas áreas de negócio envolvidas.	24/06/2020
AÇÃO	RH - Criar sistema de numeração de portarias	Sistema Web desenvolvido para gerar a numeração de portarias, usada no sistema de RH por diversas áreas do Tribunal.	-Antes do sistema, as áreas que emitem Portarias ligavam para a SEGESP para reservar numerações de portarias. O controle era feito por planilhas e gerava um fluxo de ligações e e-mails, além do desperdício de numerações. Com o sistema, o processo ficou simples e cada área pode reservar suas numerações de forma simples e rápida.	19/06/2020
AÇÃO	CIUJ - Criar cadastro de videoaudiências	Criada funcionalidade no sistema CIUJ para permitir às unidades judiciárias cadastrarem links para salas de videoaudiências.	-Possibilidade das Unidades Judiciárias terem links fixos para salas de espera de videoaudiência, que podem assim serem divulgadas através de integração feita com o sistema Pauta Online.	18/06/2020
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	AUD4 - Registro de estimativa de IR e INSS	Implementado no AUD4 cálculo estimado de IR e INSS, além do registro de número de participantes da audiência.	-Disponibilidade de informações sobre os descontos de INSS e IR apresentadas de forma online nas audiências. -Atendimento à demanda da Vice-Presidência do TST, que solicitou essas informações para serem utilizadas na semana nacional de conciliação, as quais com esse desenvolvimento, poderão ser utilizadas em qualquer audiência.	26/11/2021
AÇÃO (Incluída em OUT/21)	AUD4 - Marcação de Temas	Marcação de temas na gravação de audiências gravadas pela ferramenta ZOOM.	-Facilitar a marcação de temas (participante/assunto) nas atas de audiência, nos tempos específicos. -Facilitar futura busca ao pedaço das gravações relativos.	26/11/2021
AÇÃO	FAE 2.0 - aprimoramento da FAE	Aprimoramento da FAE, alterando a forma como as informações atuais são apresentadas e incluindo novas informações, a fim de apresentar de forma mais adequada os dados sobre as execuções das reclamadas, englobando: Consulta por Unidades; Agrupamento de Mandados; Totais de Ocorrências; Integração com Pesquisa Textual; Listagem de Outras Reclamadas; e Agrupamento de Links para Outros Sistemas.	Aumento do uso do sistema e, por consequência, aumento da agilidade na fase de execução, devido a apresentação de forma mais adequada das informações.	19/11/2020
AÇÃO	Identificação de outros formatos de número de processo (além do CNJ) no sistema Garimpo	Definidos e implementados novos critérios de associação de processos e, após vários testes, feita nova remessa dos arquivos dos bancos BB e CEF ao ambiente de produção do Garimpo, aplicando todos os critérios validados.	O total de processos associados passou de 52,14% (antes da nova remessa) para 64,85% (após).	30/09/2020
AÇÃO	BI - Painel de BI Integrado de Metas	Painel de BI contendo os cálculos das metas e processos envolvidos, reunindo estatísticas de 1º e 2º graus oriundas do e-gestão, com especificações centralizadas na AGE. Disponível em: https://dados.trt4.jus.br/extensions/metas-trt-metas.html	-Integração de todas as metas em um único painel. -Unificação das regras de cálculo com revisão da AGE. -Possibilidade de ver as metas de meses do passado. -Possibilidade de ver as metas com resultado parcial do mês corrente.	01/12/2020
AÇÃO	CIUJ - Possibilitar videoaudiências de CEJUSCs	Estendida a funcionalidade de cadastro de videoaudiências para ser possível cadastrar salas virtuais para os CEJUSCs, que não possuíam acesso ao sistema CIUJ.	-Possibilidade estendida aos CEJUSCs terem links fixos para salas de espera de videoaudiência, que podem assim serem divulgadas através de integração feita com o sistema Pauta Online.	01/07/2020
AÇÃO (Incluída em DEZ/20)	IA - Construção do Modelo ICIA	Disponibilizado no Painel *i-Con (Investigação de Conciliabilidade, o Índice de Conciliabilidade* por Inteligência Artificial (ICIa), para cada um dos processos pendentes da Justiça do Trabalho da 4a. Região. O ICIa é baseado em aprendizado de máquina e servirá como referência para a seleção de processos nos quais a conciliação será proposta, no primeiro e no segundo grau. Seu valor varia de 0 a 1. Quanto maior, indica maior chance de o processo ser conciliado.	-Ganho de agilidade na seleção de processos pendentes a serem conciliados (antes feito por seleções manuais e agora feito a partir do índice ICIa, baseado em IA). -Maior taxa de conciliação, por meio da seleção mais assertiva dos processos candidatos à conciliação.	15/03/2021
AÇÃO	Uso de Inteligência artificial para clusterização de processos	Entregues painéis de BI na tecnologia QLIK/QAP que permitem aos usuários identificar grupos ou cluster de processos semelhantes entre todos os processos que estão pendentes.	-Despachos e propostas de votos podem ser elaborados mais rapidamente e de forma mais uniforme, por meio da distribuição para o mesmo assistente de processos semelhantes, para serem feitos em conjunto. -Acelera a prestação do serviço jurisdicional.	18/09/2020
AÇÃO	Remoção de Juiz	Entregue um programa na NovaJus4 a ser operado pela SEAMA e por Juiz Titular que deseja participar de um processo de Remoção. O Magistrado pode registrar as Varas para onde deseja ser removido, em ordem de preferência, e verificar, conforme sua ordem de antiguidade, qual vaga lhe será destinada.	-Possibilita descentralização dos registros: cada Magistrado opera a sua lista; -Possibilita maior transparência: todos podem ver os pedidos de todos em tempo real; -Automatiza o cálculo do processo de Remoção apresentando o resultado também em tempo real.	05/10/2020
AÇÃO	Criação do sistema de "Agendamento de Atendimento Presencial"	Desenvolvido e disponibilizada solução para Agendamento de Atendimento Presencial, com intuito de facilitar a marcação de atendimentos aos jurisdicionados nas unidades judiciárias (Varas, Postos, CCDFs e CAP). E melhoria no sistema de Cadastro de Informações de Unidades Judiciárias (CIUJ) para parametrização e controle da agenda de atendimento das unidades judiciárias.	-Simplificação no processo de agendamento para o jurisdicionado, que pode fazê-lo 24h por dia e escolher o melhor horário disponível de forma instantânea; -Fácil visualização por parte do jurisdicionado se a unidade está fazendo atendimento ou fechada, por exemplo, por conta de risco relacionado ao COVID-19; -Redução do número de ligações e e-mails para as unidades judiciárias na tentativa de obter agendamentos; -Controle informatizado da agenda de atendimento das unidades; -Unidades judiciárias possuem maiores informações sobre os agendamentos: motivo, número do processo, dados completos do jurisdicionado, entre outros; -Desmarcação de agendamentos feita de forma automática para os jurisdicionados que indicaram seu e-mail na marcação.	17/02/2021
AÇÃO (Incluída em DEZ/20)	PJe 2.0 - Estruturação do editor, em arquitetura orientada a serviços Nome antigo: (PJEKZ-30602 Migrar estruturação do editor para a KZ)	Implementação realizada pelo TRT4, dentro do projeto nacional do PJe, migrando a arquitetura legada do PJe para a arquitetura 2.0. Além disto, a estruturação dos documentos do tipo sentença e acórdão ficaram parametrizável pelos Regionais. Entrega: desenvolvida tela para permitir que o administrador do sistema configure tópicos de modelos de estrutura de documentos.	-Atualização tecnológica. -Redução de vulnerabilidades. -Maior facilidade nas manutenções e atualizações.	30/09/2021
AÇÃO	MOODLE - Atualização de versão da plataforma	Atualizada a versão da plataforma de EAD Moodle para a versão mais recente do produto, contendo todos os plugins utilizados, resolvendo vulnerabilidades de segurança da versão anterior.	-Disponibilização de versão mais atualizada do produto. -Disponibilização de ambiente mais seguro.	12/02/2021
AÇÃO (Incluída em ABR/21)	Peticionamento Eletrônico para Garimpo	Desenvolvido novo serviço de peticionamento eletrônico para processos físicos arquivados, que eventualmente tenham valores a serem liberados, vinculados ao projeto Garimpo. As petições direcionadas ao projeto Garimpo devem ser recebidas diretamente pelo JAE.	-Agilizar a análise e atendimento de petições que envolvem valores a serem liberados em processos físicos arquivados.	31/08/2021
AÇÃO (Incluída em ABR/21)	Novos Robôs para PJe	Desenvolvidos novos robôs para o PJe para operações em lote necessárias: 1) e-Movi: Robô para executar movimentações processuais de forma automatizada, movendo todos processos da tarefa "Movimentar para prazo ou PAC" para "Aguardando prazo - recursal", no fluxo da análise de recursos. 2) Precedentes: Robô para analisar e cadastrar, no Sistema de Gestão de Precedentes (NUGEP), os processos sobrestados em decorrência da repercussão geral, dos casos repetitivos e do incidente de assunção de competência, conforme as Resoluções nºs 235/2016 e 286/2019 do CNJ.	-Robô eMovi: robô para executar movimentações processuais de forma automatizada, movendo todos processos da tarefa "Movimentar para prazo ou PAC" para "Aguardando prazo - recursal", no fluxo da análise de recursos. Será utilizado até concluir a automatização da movimentação dos processos nessa situação. Liberado em: 15/03/2021. Benefício: Ao todo, será automatizada a movimentação de 13.705 processos, com economia de 10 dias úteis de trabalho. -Robô Precedentes: robô para analisar e cadastrar, no Sistema de Gestão de Precedentes (NUGEP), os processos sobrestados em decorrência da repercussão geral, dos casos repetitivos e do incidente de assunção de competência, conforme as Resoluções nºs 235/2016 e 286/2019 do CNJ. Automatiza a inserção dos processos no Sistema NUGEP (identificação dos processos sobrestados pré-relacionados, consulta o banco de dados do PJe e até mesmo "faz a leitura" de decisões para validação dos cadastros e correto enquadramento dos temas jurídicos). Liberado em: 16/12/2020. Benefício: Desde o início da utilização até o final de dez/21 o robô já analisou 38.190 processos, tendo cadastrado 4.067 e excluído 8.340 no NUGEP. O trabalho demandaria 188 dias úteis para ser executado por um servidor.	25/03/2021
AÇÃO (Incluída em ABR/21)	PJE-MÍDIAS Desktop	Disponilibizado sistema PJE-MÍDIAS Desktop do CNJ, a fim de permitir a submissão de provas e perícias por advogados e peritos. Com interface simples e direta, permite em poucos cliques cadastrar mídias, fazer marcações e submetê-las ao Portal do PJe Mídias, gerando um endereço único para cada processo que pode ser posteriormente juntado aos processos judiciais.	-Agilizar o envio de provas e perícias por advogados e peritos. -Aumento na celeridade processual.	(setembro/2020)
AÇÃO (Incluída em ABR/21)	Liberação Automática de Dispositivos Antes da Sessão de Julgamento	Desenvolvida ferramenta para disponibilizar no site do TRT, com 1 hora de antecedência da sessão de julgamento, a proposta de voto do Relator para os advogados das partes, para que os Advogados possam optar pela desistência da sustentação oral se for o caso.	-Agilidade na disponibilização dos votos por parte dos secretários de audiência para os advogados (antes, a sala de sessão era aberta com antecedência e na medida em que os advogados entravam, os votos eram exibidos um a um com compartilhamento de tela do google meet). -Agilidade na administração das sessões de julgamento eliminando a necessidade de ter alguém à disposição com antecedência para compartilhar a tela dos votos. -Para os advogados: possibilidade de visualizar o voto do relator com maior antecedência e na forma de texto, permitindo maior conforto para tomar a decisão de manter ou não a sustentação oral (antes era por tela do google meet compartilhada).	(outubro/2020)
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Aprimoramento do sistema Garimpo	Aprimorado o programa que realiza a carga de dados e configuração do sistema nacional Garimpo para disponibilizá-lo a todos usuários e para adequar os dados às particularidades do TRT4, como: situações de arquivamento e adequação de suas datas, tratamento de apensamento, cartas precatórias.	-Permitir que todos usuários a serem autorizados possam utilizar o sistema Garimpo, atualmente restrito à Corregedoria. -Aumentar o percentual de processos identificados de forma automatizada. -Melhorar a qualidade das informações sobre os processos identificados, otimizando o trabalho do JAE.	25/10/2021
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Adequação e implantação do sistema eCarta	Adequação do sistema eCarta para as necessidades do TRT4 no envio de notificações aos Correios.	-Acompanhamento e controle digital sobre os documentos (intimações, ofícios) enviados pelos Correios; - Enviadas 214.754 correspondências até outubro/2021 -Eliminação da etapa de impressão e postagem dos documentos, passando para os Correios a responsabilidade pela impressão e envio; -Possibilidade de trabalho remoto advindo da eliminação da necessidade de presença física na unidade a fim de conferir os documentos retornados pelos Correios; -Centralização do controle de custos (ateste) para todo o Tribunal; -Automação da verificação financeira entre as cartas efetivamente enviadas pelo TRT4 e cobradas pelos Correios na fatura.	(abril/2021)

AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Automatização de procedimentos repetitivos não realizados em lote	Realizado o desenvolvimento dos Robôs priorizados no período.	Todos os robôs abaixo são de uso contínuo, a exceção do i-Memoriam (que pode ou não ser, se a área assim definir). Link para consulta dos Robôs disponibilizados e sua utilização: https://robos-spe.paas.trt4.jus.br/ ROBÔS Vinculados ao PJe: **1.1)PJE: Robô GAEL (Gerenciador de Alvarás Eletrônicos).** O que faz: Certifica nos autos os alvarás eletrônicos expedidos pela Vara, realiza a intimação da parte interessada e registra no PJe o pagamento correspondente. Liberado em: 1ª parte: 17/05/21; 2ª parte: 25/05/21; última parte: o registro de pagamento dos alvarás no PJe, tanto do SIF quanto do SISCONDJ, liberado para todos dia 23/agosto/21. Benefício: Economia de diversas horas de trabalho nas secretarias das Varas. Desde o início da utilização o final de dez/21, o robô já certificou 101.820 alvarás, intimou 57.969 partes e registrou 64.522 pagamentos, economizando o equivalente a 1.085 dias úteis de trabalho de um servidor. **1.2)PJE: Robô Paco (Publicador de Acórdãos).** O que faz: identifica os processos que possuem acórdãos para publicar, bem como realiza as intimações das partes. Liberado em: 14/06/21. Benefício: redução de tarefas repetitivas e economia de diversas horas de trabalho nas secretarias das Turmas. Apenas na SEEx, a atividade equivale a dois dias de trabalho por dois servidores a cada semana. Desde o início da utilização até o final de dez/21, o robô já publicou 36.577 acórdãos, economizando o equivalente a 183 dias úteis de trabalho de um servidor. **1.3) PJE: Robô Faro (Ferramenta de Automações em Análise de Recurso).** O que faz: trata-se de uma série de automatizações a serem realizadas no fluxo da análise de recurso. A primeira versão possui duas funcionalidades: a) identifica os processos recebidos do TST que transitaram em julgado e faz a remessa para o 1º grau; b) classifica os Agravos de Instrumento em Recurso de Revista como aptos para remessa ao TST ou pendentes de despacho; c) varredura por processos que têm como parte o Hospital de Clínicas de Porto Alegre e a INFRAERO, excluindo-se automaticamente os advogados para que a intimação automática ocorra via sistema. Liberado em: 16/06/21 (Itens a e b); dia 01/07/21 (Item c). Benefício: redução de tarefas repetitivas, economia de diversas horas de trabalho e auxílio no processamento do AIRR. Desde o início da utilização até o final de dez/21, o robô já remeteu 16.213 processos ao 1º grau e classificou 36.636 AIRRs, o que corresponde a 159 dias úteis de trabalho de um servidor. **1.4) PJE: Robô Pipa (Procuradorias: intimação para pauta).** O que faz: filtra os processos em que há parte com procuradoria, pautados em uma data selecionada pelo usuário, e faz a intimação via sistema para ciência da sessão de julgamento. Liberado em: 05/07/21. Benefício: redução de tarefas repetitivas nas Turmas do Tribunal, com a economia de diversas horas de trabalho e padronização dos textos. Desde o início da utilização até o final de dez/21, intimou 4.051 procuradorias, economizando 20 dias úteis de trabalho, o que deve aumentar significativamente com a ampliação de seu uso. **1.5)PJE: Robô Frade (Fracionador e Anexador de Digitalizações).** O que faz: Fraciona as digitalizações processuais em PDFs de até 3MB, localiza onde está o processo, cria a certidão de juntada e anexa os arquivos ao feito. Liberado em: 16/08/21. Desde o início da utilização até o final de dez/21, anexou 576 processos, economizando 22 dias úteis de trabalho. **1.6) PJE: Robô Jota (Pagamentos do PJe no AJ-JT e vice-versa).** O que faz: Certifica no PJe as solicitações de pagamentos aos peritos, feitas no AJ-JT, que já foram aprovadas pelo magistrado. Além disso, confere no PJe se houve pagamento pelas partes das perícias aceitas no AJ-JT, registrando neste sistema o valor pago. Liberado em: 16/08/21, em testes. **1.7) PJE: Robô eCarteiro (Controle de notificações por eCarta).** O que faz: Certifica nos autos a situação das notificações expedidas via eCarta, anexando o AR quando existente. Além disso, gera uma planilha de acompanhamento das notificações para audiências. Liberado em: 13/09/21. Desde o início da sua utilização até o final de dez/21, certificou 31.850 objetos, anexou 6.355 ARs e gerou 198 planilhas, economizando 226 dias úteis de trabalho. **1.8)Robô Embaixador.** O que faz: De uso interno, a fim de baixar na íntegra todos os PDFs de todos os processos ativos do TRT4 (a ser usado como contingência). Finalizado em 11/10/21, aguardando definições para ser utilizado. **1.9)Robô CCLEtário (Completa cadastro no Auto/CCLE).** O que faz: completa o cadastro de processo físicos pelo módulo CCLE do PJe. Finalizado em 17/11/21. Aguardando ASSTECO iniciar o uso. **1.10) Robô Presto (Agilidade em pressupostos recursais).** O que faz: agiliza a análise de pressupostos recursais. Finalizado em 22/11/21 para utilização de grupo restrito. Até final de dez/21 foram pesquisados 86 processos, equivalente a 4 dias úteis de trabalho. Aguardando resultado para liberação do uso para os demais usuários. **1.11) Robô Conde (Conclusões para novo desembargador).** O que faz: refaz a conclusão de processos para novo desembargador. Finalizado em 30/11/21. Foi utilizado para refazer as conclusões de 8.241 processos do antigo para o novo Vice-Presidente (troca de gestão), economizando 8 dias úteis de trabalho. Será executado sempre que um novo desembargador tomar posse. ROBÔS Vinculados a demais sistemas: **2.1)SEGESP: Robô i-Memoriam:** demandado pela Segesp, para checar eventuais óbitos de inativos e pensionistas (no CRC-JUD), em virtude da suspensão da prova de vida durante a pandemia de Covid-19. O i-Memoriam é uma demanda da Segesp para checar eventuais óbitos de inativos e pensionistas, em virtude da suspensão da prova de vida durante a pandemia de Covid-19. Foi concluído em 23/04/21. Iniciou com execução trimestral e passou a mensal, enquanto não for possível a prova de vida, ou até definirem pelo término. Benefício: a interrupção de pagamentos de aposentadorias, pensões e outros benefícios que eram destinados a pessoas já falecidas, antecipando a vacância de cargos para novas nomeações. No ano de 2021, foi executado 4 vezes, realizando a consulta cartorial de mais de 2.200 aposentados/pensionistas do TRT4 por vez. **2.2)EnviarAudio:** ferramenta para o secretário de Turma enviar o áudio relativo à sessão de julgamento para publicação no site do TRT. Entregue em 26/10/21. **2.3)Sisdov:** robô para cadastro de usuários no sistema SISDOV (diretores, assistentes de diretores e secretários de audiência). Execução única, em 23/11/21, economizando 1 dia de trabalho. **2.4)Robô Repp (Relatório de Pagamentos Periciais).** Demandado pela SEFIN. O que faz: Cria relatórios em PDF das solicitações de pagamentos de honorários periciais feitas no AJ-JT, com o intuito de publicação no portal do TRT4 (transparência) e autuação de processo administrativo para Presidência deste Regional. Liberado em: 16/08/21. Desde o início da sua utilização até o final de dez/21, criou 5 relatórios mensais, economizando 10 dias úteis de trabalho (necessário 2 dias por relatório mensal).	(dezembro/2021)
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Implementação de sistema Extrator Datajud	Implementação de sistema Extrator Datajud, a fim de atender a determinação do CNJ para envio de dados processuais desde 2015 conforme definições da plataforma Datajud, em colaboração com outros Tribunais.	-Padronização dos dados estatísticos do TRT4 segundo critérios estabelecidos pelo CNJ. -Entrega dos dados estatísticos padronizados do TRT4 ao CNJ.	15/08/2020
AÇÃO (Incluída em DEZ/21)	Registro de Comprovação Vacinal	Disponibilização de novo sistema para que os gestores possa realizar o registro de comprovação vacinal de magistrados, servidores e estagiários.	-Permitir ao gestor o registro de comprovação vacinal. -Módulo de Administração com: cadastro de supervisores, cadastro de administradores, listagem de comprovantes encaminhados, estatísticas de acompanhamento por data, por cargo e por área.	30/11/2021
AÇÃO (Incluída em DEZ/21)	Aprimoramento do sistema PDep	Alteração no PDEP para o controle do fluxo de digitalização de processos arquivados em pedidos de desarquivamentos solicitados pelas Varas. Detalhamento: -Liberado o campo "Findo" para alteração posterior à inclusão. -Criado novo campo "Digitalizado" com as opções à "Sim" ou "Não" com possibilidade para alteração posterior à inclusão. -Ajustado para que qualquer inclusão / alteração no campo "Observação" gera um "Andamento" no respectivo processo (e na data da operação). -Modificada a funcionalidade de "Desarquivamento" para que o usuário possa indicar que quer desarquivar para a "Gestão Documental".	-Eliminar o trânsito de processos físicos desarquivados, mantendo o controle de que foram digitalizados. -Redução de custo de envio dos processos. -Controle da localização dos processos desarquivados e digitalizados.	09/11/2021

COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA

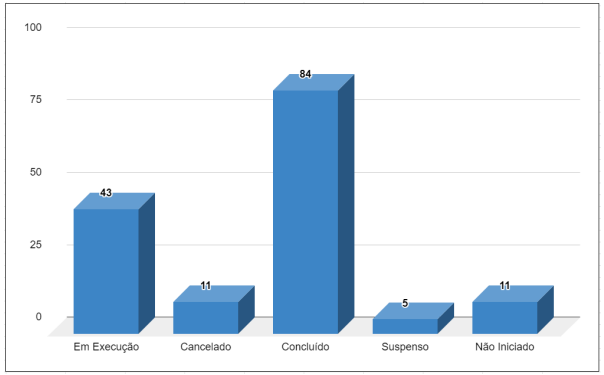
Tipo	Nome	Resultado (O que foi feito)	Benefícios	Entrega Produto Final Realizada
PROJETO	Substituição da WAN Ávato	Realizado novo contrato com a Ávato, com ampliação da capacidade de rede de 236 Mbps (Megabits/segundo) para 508 Mbps (acréscimo aproximado da 115% em comparação com o contrato anterior). E ativado contrato atual com a Claro, para ampliação dos links mais defasados (somatório da capacidade passou de 348 Mbps para 362 Mbps). Obs.: Ampliação da Claro não era escopo do projeto, mas entendeu-se necessário essa ação.	-Manutenção dos níveis de disponibilidade (ampliação da capacidade total de 584Mps para 870Mbps).	15/01/2021
PROJETO	Ampliação do sistema de climatização do datacenter secundário (CPD2)	Adquirido novo equipamento de ar condicionado e instalado no CPD2, para que, em conjunto com os dois já existentes, trabalhem de forma alternada e contingente (2 por vez), garantindo a refrigeração adequada.	-Manutenção dos níveis de disponibilidade de refrigeração do CPD2.	29/01/2021
PROJETO	Renovação de servidores para o interior 2021	Aquisição e instalação de 25 servidores de rede com 7 anos de garantia, em foros do interior do Estado, em substituição aos equipamentos que estão saindo de garantia em abril/2021.	-Manutenção dos níveis de disponibilidade do interior; -Armazenamento das imagens de câmeras de segurança; -Manutenção da cobertura de garantias dos equipamentos substituídos.	10/12/2020
PROJETO	Backup: expansão VTL. 2021	Aquisição de componentes para ampliação da capacidade de armazenamento da VTL (Virtual Tape Library), com garantia e suporte técnico até 2025 e extensão de garantia e suporte técnico dos equipamentos atuais, também até 2025. Antes do upgrade tínhamos Capacidade Total de armazenamento de 170.9 TB e após o upgrade, ficamos com Capacidade Total de armazenamento de 581.07 TB.	-Aumento da capacidade de armazenamento dos backup; -Expansão da garantia dos equipamentos atuais.	17/12/2020
PROJETO	Atualização DataCenter de Porto Alegre (Projeto 508 contido no PDTIC anterior)	Atualização e expanção dos ativos dos dois datacenters centrais do TRT4,os quais contemplam servidores de rede; ativos de armazenamento (switches SAN e ampliação do storage); licenças de software para Servidores Windows (licenças datacenter) e para acesso remoto (RDS); licenças VMware; e solução de backup, o que inclui as fitas LTO. Projeto realizado ao longo de 3 anos e para 2021 restavam as instalações de servidores que estavam dependendo da atualização da climatização da sala.	-Redução do risco de indisponibilidade dos ativos dos datacenters. -Alinhamento da atualização da infraestrutura da SETIC com a previsão orçamentária do TRT4. -Aumento da capacidade e manutenção da performance dos serviços suportados pela solução de armazenamento. -Melhoria da performance na execução dos sistemas disponibilizados pela SETIC e possibilidade de criação de novos serviços. -Manutenção da capacidade de realização de serviço de backup.	31/08/2021
AÇÃO	Conexão à internet por Pontos de Troca de Tráfego (PTT)	Implantada conexão à internet por Pontos de Troca de Tráfego de São Paulo e Porto Alegre. Anteriormente nossa conexão à internet era formada por dois links: Lumen (300Mbps) e Oi (300 Mbps). Foram adicionados PTT RS (1Gbps) e PTT SP (300Mbps).	A conexão com o PTTRS encurtou a distância lógica (internet) entre a rede do TRT4 e o público regional (partes, advogados, escritórios e servidores do TRT4), diminuindo o número de saltos e, consequentemente, trazendo um melhor desempenho nos serviços do TRT4 disponibilizados pela Internet, como o portal (www), PJe, ETR e Gabinete Virtual, entre outros. Isso acontece porque muitos provedores de internet também estão presentes no PTTRS. Ressaltamos que, segundo relatório do Acompanhamento do Setor de Telecomunicações da Anatel, os prestadores de pequeno porte tiveram crescimento expressivo nos últimos anos, atingindo 39,42% dos usuários em dezembro/2020. A conexão com o PTTSP encurtou a distância lógica (internet) entre a rede do TRT4 e os principais provedores de nuvem, como Google, Microsoft, Amazon. Novamente, melhorando o desempenho das ferramentas baseadas em nuvem (ex.: G-Suite). Com isso temos: -Maior rapidez no acesso e uso dos serviços do TRT4 disponibilizados na Internet. -Maior rapidez na utilização dos serviços em nuvem, utilizados pelos servidores (colaboradores) do TRT4. -Redução dos potenciais pontos de falha na conexão, devido à diminuição da distância lógica percorrida. -Aumento em 3 vezes da largura de banda disponível (antes tínhamos 2 links que somados ofereciam 600Mbps e agora, temos 4 links que somados oferecem 1,9Gbps). -Redundância de internet (2 links novos, os quais além de aumentar a banda, serverm como redundância).	28/04/2021
AÇÃO	Nova plataforma para acesso remoto	Disponibilizada solução para aumento do número de acessos remotos ao ambiente tecnológico do TRT4, de 360 para até 1500 usuários simultâneos, representando 1/3 do total do parque. O ambiente que tínhamos para acesso remoto era o Gabinete Virtual (GV); uma solução da SETIC baseada em Citrix+RDS. Esse ambiente disponibiliza 360 usuários simultâneos. Para cada acesso é necessária 1 licença Citrix + 1 licença Microsoft RDS. Criado adicionalmente o ambiente ETR (Espaço de Trabalho Remoto), solução da SETIC baseada apenas em RDS. Para cada acesso por esse ambiente é necessária apenas 1 licença Microsoft RDS. Já tínhamos licenças RDS e nesta ação foram adquiridas mais 890 licenças Microsoft RDS. Com isso, a ação disponibiliza o acesso remoto de até 1500 usuários no total, podendo todos acessarem pelo ETR e limitando-se a 360 pelo GV. Em resumo, o que foi feito: 1) Atualização do ambiente GV (estamos na versão GV4), 2) Criação do ambiente ETR, onde não precisamos pagar licenças Citrix adicionais. 3) Aumento do número de licenças RDS até 1500, de forma a aumentar o número de acessos simultâneos máximo de 360 para 1500, o que foi vital durante a pandemia. Em alguns momentos os sistemas podem funcionar melhor por meio da solução GV4 e por isso a Seção de Microinformática, conforme orientações da Diretora da SETIC, gerencia os grupos do AD liberados para esse acesso.	-Menor custo por usuário para infraestrutura de tele-trabalho. -Prover infraestrutura adequada para situação covid-19.	(out/2020)
AÇÃO	Reparo do anel de fibras ópticas (OBS.: Essa ação se refere a ação 12/2018 - Reparo e manutenção do anel de fibras ópticas, contida no PDTIC anterior)	Realizado por empresa terceirizada, o reparo do anel de Fibra Óptica que fica sob a calçada da Av. Praia de Belas, incluindo limpeza de conectores e DIOS. Essas fibras interligam o prédio do Foro de POA ao prédio Sede e atuam em paralelo às fibras que chegam pela Rua Baronesa do Gravataí, garantindo redundância de acesso, a qual estava parcialmente comprometida.	-Manutenção da redundância entre os caminhos de fibra.	01/10/2020
AÇÃO	Nobreaks de médio porte para salas de sessão e plenário (Ação 25/2019 contida no PDTIC anterior)	Foram renovados os no-breaks de médio porte de 05 salas de sessões e equipado o Plenário do TRT com nobreaks capazes de atender a todos equipamentos da sala principal e da sala de controle. Ao todo foram comprados e instalados 7 no-breaks.	-Manutenção das sessões de julgamento e das sessões do Tribunal Pleno em casos de falta de energia elétrica. -Manutenção das pautas de julgamento, evitando o atraso e postergação das pautas. -Autonomia garantida de 15 minutos, podendo ser estendida para 40 minutos dependendo da quantidade de equipamentos ligados.	02/07/2020
AÇÃO (Incluída em ABR/21)	Sistema SIGA-ME com auto-atendimento (CAPITAL)	Disponibilizado sistema que permite que todos os usuários do TRT4 possam programar o redirecionamento de chamados de um ramal das unidades da Capital (Porto Alegre), a partir da internet.	-Agilidade para que o próprio usuário responsável pelo ramal possa realizar o SIGA-ME para outro telefone. -Independência da área de Tecnologia da Informação, não necessitando mais do recurso humano da SETIC envolvido nesta operação.	30/11/2020
AÇÃO (Incluída em ABR/21)	Sistema SIGA-ME com auto-atendimento (INTERIOR)	Disponibilizado sistema que permite que todos os usuários do TRT4 possam programar o redirecionamento de chamados de um ramal das unidades do Interior do Estado, a partir da internet.	-Agilidade para que o próprio usuário responsável pelo ramal possa realizar o SIGA-ME para outro telefone. -Independência da área de Tecnologia da Informação, não necessitando mais do recurso humano da SETIC envolvido nesta operação.	12/04/2021
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Renovação da solução de backup em fitas	Realizada expanção da solução de backup com novas bibliotecas de fitas magnéticas: instalado subsistema automatizado de backup baseado em fitas magnéticas padrão LTO Ultrium 8 (Tape Library), com garantia, suporte, configuração e treinamento, além da instalação. E adquiridos 200 cartuchos de fitas LTO Ultrium com capacidade de armazenamento de 12/30TB.	-Possibilidade de maior segurança, por ser viável haver um backup offline (inacessível a hackers) mais frequente. -Aumento da capacidade e velocidade de backup. -Acompanhamento do crescimento natural dos dados dos sistemas do TRT4 (aumento de capacidade).	(dezembro/2021)

COORDENADORIA DE GESTÃO DE TIC

Tipo	Nome	Resultado (O que foi feito)	Benefícios	Entrega Produto Final Realizada
AÇÃO	Avaliação de solução de URL Filtering	Serviço migrado do antigo Mcafee WebGateway, cujo contrato venceu em janeiro de 2021, para o módulo de URL Filtering do Firewall Checkpoint.	-Integração/consolidação de tecnologias de firewall e webproxy. -Utilização de recursos tecnológicos mais atuais. -Serviço essencial (navegação na internet) suportado por ativo com contrato de suporte. - Aumento do nível de segurança do ambiente tecnológico.	(novembro/2021)
AÇÃO	Revisão do catálogo de serviços de TIC Nome antigo: (Revisão dos SLAs para ajustar à criticidade de cada serviço/sistema e definição dos ANOs))	Revisão do Catálogo de Serviços de TIC, identificando oportunidades de ajustes nos prazos de atendimento e solução dos chamados (ANS).	-Melhor alinhamento de expectativas entre SETIC e o Tribunal com relação ao prazo de atendimento/conclusão de uma demanda de TIC. -Melhorar a qualidade do atendimento prestado pela Setic na gestão dos serviços de TIC por meio do estabelecimento de prazos formais para os chamados.	(setembro/2021)
AÇÃO	Diagnóstico de maturidade em atividades críticas	Realizados diagnósticos de maturidade de TI nas áreas de Infraestrutura, Contratações, CIOs, Projetos e processos e Aplicações, por meio da ferramenta IT Score e o apoio da consultoria do Gartner, com a identificação de oportunidades de melhoria a serem implementados futuramente.	-Identificação dos principais GAPS de maturidade. -Constatação do nível de conformidade com o mercado. -Itens objetivos para planejamento de aumento de maturidade em próximo ciclo.	18/12/2020
AÇÃO	Revisão do processo de planejamento de contratações e de gestão de contratos de TIC	Revisão dos processos de planejamento de contratações e de Gestão de contratos de TIC, aprimorando a comunicação formal com a área resquitlante, e criando indicadores e metas que permitam avaliar os processos.	Melhorar a comunicação com os interessados/envolvidos nas demandas de contratações de serviços/aquisições de TIC.	(setembro/2021)

AÇÃO	Automação dos controles dos contratos de TIC utilizando ferramenta de BI	Disponibilizado à Seção de Apoio a Contratações de TIC uma ferramenta que permite flexibilidade para o cruzamento de informações contratuais, possibilitando melhor análise e controle mais efetivo dos contratos de TI do Tribunal.	-Possibilitar consultas ágeis dos dados contratuais, facilitando a gestão e a fiscalização dos contratos de TIC; -Possibilitar o cruzamento de informações de maneira simplificada. -Substituir o controle atual, que é realizado através de uma planilha, por relatórios na ferramentas de BI do Tribunal.	(outubro/2021)
AÇÃO (Incluída em MAR/21)	ENTIC-JUD: Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário	Elaborado o novo PDTIC adequado à Entic-Jud. Definição, utilizando a metodologia OKR, com indicadores e metas para atingir os objetivos estratégicos relacionados na nova Entic-JUD (resolução CNJ 370/2021).	Conformidade com a Estratégia Nacional de TIC do Judiciário.	(setembro/2021)
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Reformulação do PDTIC com base na ENTIC-JUD: Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário	Elaborado novo PDTIC (2020/2021) alinhado à Entic-Jud, com o plano de ações para o novo ciclo do TRT4 e ainda ações de médio e longo prazo.	-PDTIC alinhado à Entic-Jud até julho/2021 (CNJ 370/2021). -Apuração do índice de execução do PDTIC (possibilidade de apuração parcial mensalmente e final em abril de 2022).	(setembro/2021)
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Definição dos indicadores e metas da Resolução CNJ 370/21	Definidos os objetivos táticos, os indicadores e metas para atender aos objetivos estratégicos da nova Entic-JUD, utilizando a metodologia OKR. Realizado encerramento do ciclo Q3/21 e planejamento do Q1/22 (englobou os meses de dez21, jan, fev e março/22).	-Alinhamento estratégico com a Resolução CNJ 370/21. -Melhoria na gestão dos resultados esperados para o atendimento do PDTIC, com o uso de OKRs e planejamentos trimestrais.	(novembro/2021)
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Levantamento de necessidades de sobrejornada em projetos e respectivas escalas de servidores	Planejado o envolvimento de equipe da SETIC em atividades que exijam dedicação fora do horário de trabalho normal nas atualizações de versões do PJE e respectivas releases.	-Assegurar a gestão da disponibilidade da escassa mão de obra técnica e a adequada compensação dos servidores pelo trabalho realizado. -Atendimento da resolução 204 do CSJT.	31/08/2021
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	Melhorias na ferramenta de apoio à Gestão dos Serviços de TIC	Configurado na ferramenta de gestão de serviços de TIC (Assyst) utilizada pelo Tribunal para facilitar, a reclassificação do chamado, no que diz respeito a natureza de incidente, mudança ou requisição.	Diminuir o tempo de atendimento da equipe de 1º nível.	(outubro/2021)
AÇÃO (Incluída em JUN/21)	Protocolo para o TeleTrabalho	Elaborada proposta interna da SETIC com protocolo a ser seguido pelos servidores dessa secretaria que estiverem em teletrabalho. Em paralelo, publicada oficialmente pelo TRT4 portaria 2.692 de 08/outubro/2021, que altera a portaria 4.650/2016, a qual regulamenta o teletrabalho nesse Tribunal como um todo. Essa nova portaria permite que a SETIC fique excluída do limite de até 50% de servidores em teletrabalho por unidade.	Manter o atendimendo da SETIC remoto. Manter a produtividade obtida durante a pandemia, com as correções de situações observadas. Ter formalizado as orientações e regras para o TeleTrabalho.	(dezembro/2021)

COORDENADORIA DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS

Tipo	Nome	Resultado (O que foi feito)	Benefícios	Entrega Produto Final Realizada
PROJETO	GPREC - Implantação do Sistema de Gestão de Precatórios (OBS.: Essa ação se refere à ação 23/2019 - Implantação do Sistema de Gerenciamento de Precatórios, contida no PDTIC anterior)	Implantado no TRT4 o novo sistema GPREC (Gestão de Precatórios), para utilização pelas Varas do Trabalho e Juízo Auxiliar de Precatórios. O sistema foi desenvolvido pelo TRT08 e disponibilizado a todos os TRTs pelo CSJT. Possui integrações com o PJe e SIGEP Precatórios a partir de 01/07/2020 estão sendo inseridos neste novo sistema. Obs.: Nova ação será aberta no PDTIC2022, para o acompanhamento da migração do legado.	-Melhoria nos procedimentos de cadastramento e gestão de precatórios. -Distribuição de tarefas entre o JAP e as Varas do Trabalho dentro do sistema GPREC. -Disponibilização pelo sistema da lista cronológica de precatórios. -Integração com o PJe. -Alinhamento com o CSJT (utilização do sistema nacional recomendado).	(dezembro/2021)
PROJETO	SCMP - Implantação do Sistema de Controle de Material e Patrimônio	Implantação do sistema SCMP no TRT4, para gestão do almoxarifado (definida a não utilização do módulo do patrimônio).	-Eliminação dos erros cometidos nos pedidos de materiais. -Melhor gestão dos produtos com a permissão de cotas de consumo de um determinado material para uma única unidade consumidora ou para um pequeno grupo, podendo limitar também o fornecimento máximo dentro de um determinado período. -Redução das perdas de materiais por vencimento da validade pois tem gerenciamento de perecibilidade, através do registro da data de validade. -Maior facilidade na tomada de decisões através dos relatórios dinâmicos que permitem que sejam feitas inúmeras análises, acompanhamentos pelo almoxarifado e pela administração. -Maior facilidade nas solicitações de materiais realizadas, pois agora são via sistema, ao invés de formulários específicos.	(março/2021)
AÇÃO	AUD4 - Implantação do sistema e capacitação dos usuários	Implantação do sistema AUD4.	-Acesso direto ao AUD4 de qualquer local através da internet. -Maior agilidade nas tarefas realizadas pelos secretários de audiências. -Maior agilidade na integração com o PJe.	30/06/2020
AÇÃO	PJE-MÍDIAS - Armazenamento de gravação de audiências remotas	Implantação do sistema PJE-MÍDIAS, tanto para uso interno bem como para peritos e advogados.	- Armazenar o vídeo gerado a partir da gravação das audiências e sessões realizadas de forma remota e permitir a inserção do link no processo no PJe; -Facilitar o acesso das partes aos vídeos das audiências gravadas.	17/08/2020
AÇÃO	JTe assinatura - Implantação de assinatura digital através de pareamento com o aplicativo	Implantação da funcionalidade de assinatura digital através de pareamento com o aplicativo JTe.	-Redução de custos em razão da redução significativa do número de certificados digitais. -Maior agilidade/facilidade na assinatura de documentos.	15/04/2020
AÇÃO	SIF 2.0 - Alvará eletrônico da CEF (Sistema de Integração Financeira) (OBS.: Essa ação se refere à ação 34/2019 - Alvará Eletrônico, contida no PDTIC anterior)	Instalação em ambiente de homologação, testes, ajustes de infraestrutura, interação com a CAIXA para solução de problemas. Acompanhando e suporte constante aos usuários. Elaboração de manual em conjunto com a Corregedoria	-Agilização do pagamento ao credor, com o crédito direto na conta bancária do credor em até 48h, sem necessidade de comparecer ao banco; -Eliminação da necessidade de deslocamento, uso de papel e contato físico; -Formação de banco de dados de credores e valores pagos, para uso oportuno; -Fácil de ser utilizado pelo magistrado, que consegue assinar pelo próprio PJE, sem necessidade de token, e em lote; -Redução das atividades da secretaria em relação aos trâmites com alvarás (não há necessidade de remeter o expediente ao banco por e-mail, nem digitalizar guias de recolhimentos para a juntada ao processos posteriormente; -Facilidade no manuseio e na consulta aos depósitos judiciais, com disponibilidade das informações dentro do próprio processo no PJe (aba dados financeiros), sem a necessidade de acesso a sistemas satélites, inclusive para a expedição de alvará. - até outubro/2021 foram enviados 70.352 alvarás.	05/04/2021
AÇÃO	PESQUISA TEXTUAL no PJe - Instalação do módulo de busca de texto em processos eletrônicos	Homologação, ajustes e implantação em produção do módulo do PJe de PESQUISA TEXTUAL (busca de texto em processos eletrônicos).	-Maior rapidez e facilidade para a localização de documentos no PJe ou nos processos em que o servidor/magistrado estiver trabalhando, devido a possibilidade da realização de pesquisa em qualquer documento HTML ou PDF (ainda que escaneados) por palavras ou expressões. -Maior facilidade para o reaproveitamento de conteúdos, devido a maior facilidade na busca. -Aumento da celeridade processual.	06/03/2021
AÇÃO	Implantação do Sistema de Controle de Depósitos Judiciais (SisconDJ)	Instalação em ambiente de homologação, testes, ajustes de infraestrutura, interação com o BB e como TRT02 para solução de problemas. Aquisição de certificado ICP-Brasil para o servidor onde o sistema está instalado Organização de treinamento junto ao TRT02 e BB para as unidades piloto e para a Corregedoria Disponibilização do manual do BB acompanhando de suporte constante aos usuários . Elaboração da relação de magistrados que assinam alvarás, para cadastramento pelo BB	-Agilização do pagamento ao credor, com o crédito direto na conta bancária do credor em até 48h, sem necessidade de comparecer ao banco; -Eliminação da necessidade de deslocamento, uso de papel e contato físico; -Formação de banco de dados de credores e valores pagos, para uso oportuno; -Redução das atividades da secretaria em relação aos trâmites com alvarás (não há necessidade de remeter o expediente ao banco por e-mail, nem digitalizar guias de recolhimentos para a juntada ao processos posteriormente; -Facilidade no manuseio e na consulta aos depósitos judiciais, com disponibilidade das informações dentro do próprio processo no PJe (aba dados financeiros), sem a necessidade de acesso a sistemas satélites, inclusive para a expedição de alvará. - Até outubro/2021 foram enviados 23.088 alvarás.	05/04/2021
AÇÃO	Implantação do sistema eCarta (integração entre o PJe e o sistema dos Correios)	Implantação do sistema eCarta integrado ao PJe, com as adequações necessárias nos modelos de documentos, bem como o fornecimento de orientações às unidades judiciárias sobre os novos procedimentos de trabalho.	-Redução de custos com impressão. -Enviadas 119.229 correspondências até abril/2021 (e mais 823 aguardando assinatura para serem enviadas) -Redução do trabalho relacionado à impressão, controle dos expedientes e envio manual aos Correios. -Descontinuar a funcionalidade de controle de expedientes via Correios realizado atualmente no INFOR. -Gerenciar de forma online e instantânea o status das correspondências.	24/07/2020
AÇÃO (Incluída em DEZ/20)	PJe- Implantação do GEMINI	Implantação em produção dia 06/03/21 do módulo GEMINI do PJE, versão 2.6, com posterior realização de treinamento de IA e utilização do módulo em projeto piloto na OJC Análise de Recurso. Obs.: Nova ação será aberta no PDTIC2022, para acompanhamento da avaliação das mudanças do módulo com a versão 2.7 do PJe e para a divulgação da utilização da ferramenta.	-Módulo GEMINI do PJe disponibilizado em produção. -Maior conhecimento sobre o módulo, possibilitando seu uso mais amplo. -Início da montagem da base de conhecimento (treinamentos IAs realizados). -Possibilidade de ampliação da utilização para todos os assistentes de Gabinete.	(dezembro/2021)
AÇÃO	SIGEO - AJJT (Assistência Judiciária da JT - Cadastro de Peritos)	Implantação do módulo AJJT (cadastro de peritos) e integração com o PJE.	-Segurança às unidades judiciárias e aos Juízes para nomeação de peritos, na medida em que os documentos apresentados, incluindo diplomas, carteiras de conselhos ou órgãos de classe, além de documentos fiscais e de INSS são verificados pela Comissão de Validação. Profissionais que tenham condenação por improbidade ou situação de inelegibilidade registradas no CNJ não podem atuar como peritos, condições mais difíceis de verificação individual por cada Juízo, e que agora constam do CPTEC, pois é obrigatória a apresentação de certidão negativa do CNJ; -Uniformização da forma de apresentação dos cadastros e a validação das informações apresentadas pelos profissionais; -Transparência: as nomeações para cada profissional ficarão registradas no AJJ/JT e estarão disponíveis para consulta, quando esse módulo do sistema for liberado para utilização; -Maior facilidade e redução do retrabalho no pagamento de honorários, devido à verificação de dados bancários e dados de ISS, feita pela Comissão de Validação.	31/01/2021
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	SIGEO - AJJT (Assistência Judiciária da JT - Pagamento de Peritos)	Implantação do módulo do AJJT para registro de solicitações de pagamento de peritos pelas unidades judiciárias e descontinuar o RPHP.	-Adequação ao sistema nacional. -Maior transparência. -Descontinuação futura do RPHP.	02/08/2021
AÇÃO (Incluída em MAIO/21)	ZOOM para PADs	Implantação do ZOOM para realização de reuniões da SEGESP em PADs.	Permitir a Realização e gravação das reuniões e audiências realizadas em processos administrativos.	(novembro/2021)
AÇÃO (Incluída em JUN/21)	Nova página PJe no site do TRT4	Atualização do layout da página sobre o PJE no site.	Novo layout mais moderno e melhor organização, facilitando a localização de informações pelos usuários.	30/06/2021
AÇÃO (Incluída em NOV/21)	Implantação do sistema SISDOV	Implantação, manuais, configurações, capacitação, suporte e resolução de problemas sobre o SISDOV (Sistema de Oitivas via ZOOM).	Possibilitar que o juiz deprecante possa tomar depoimentos via ZOOM com as testemunhas ou partes presentes na VT deprecada, acompanhadas de um servidor, atendendo ao provimento da Corregedoria do TST.	(novembro/2021)

TOTAL DE PROJETOS/AÇÕES POR STATUS